



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO - PROPEG
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGE**

RAVELA DE SOUZA MARINHO

**A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE/AC: UM ESTUDO DE
CASO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO ACRE (2008 A 2021)**

Rio Branco – AC
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO - PROPEG
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

RAVELA DE SOUZA MARINHO

**A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE/AC: UM ESTUDO DE
CASO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO ACRE (2008 A 2021)**

Rio Branco - AC
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

M338z Marinho, Ravela de Souza, 1988 -

A zona de processamento de exportação-ZPE/AC: um estudo de caso no contexto das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social do estado do Acre (2008 a 2021) / Ravela de Souza Marinho; Orientador: Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo. - 2022.

65 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia, Rio Branco, 2022.

Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. Economia. 2. Administração Pública. 3. Estado. I. Castelo, Carlos Estevão Ferreira. (Orientador). II. Título.

CDD: 910



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO - PROPEG
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO**

RAVELA DE SOUZA MARINHO

A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE/AC: UM ESTUDO DE CASO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO ACRE (2008 A 2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo

Rio Branco – AC

2022

RAVELA DE SOUZA MARINHO

A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE/AC: UM ESTUDO DE CASO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO ACRE (2008 A 2021)

Data da Apresentação: 03/02/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo
Universidade Federal do Acre – PPGEO UFAC
Presidente da Banca

Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Costa
Universidade Federal do Acre – BIONORTE/ CCJSA - UFAC
Membro Titular

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva
Universidade Federal do Acre – PPGEO UFAC
Membro Titular

Karina Furini da Ponte
Universidade Federal do Acre – PPGEO UFAC
Membro - suplente

DEDICATÓRIA

“Dedico esta pesquisa a minha **mãe** e ao meu filho **Álvaro Miguel**, meus maiores e melhores orientadores na vida.”

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que me concedeu essa oportunidade tão incrível de Cursar o Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Acre.

Quero agradecer ao Professor Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo, por ser uma constante fonte de motivação e incentivo ao longo de todo o projeto. Muito obrigado.

Quero agradecer a todos os professores do Programa do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre, pelas grandes contribuições ao longo desse caminho, em especial a minha banca de qualificação composta pelos seguintes: Professor Dr. Silvio Simione da Silva e Professor Dr. Carlos Franco, muito obrigado.

Minha família, minha mãe Rita Ferreira, meu filho Álvaro Miguel, meu esposo Adicleison Vela da Silva.

Minhas amigas que sempre me apoiaram nessa árdua jornada, Eliana Alves de Castro, Francisca da Silva Reis e Gercinéia Alves, muito obrigada pelo apoio e incentivo.

Por fim a todas as pessoas que de forma direta e indireta contribuíram na construção do meu conhecimento e que estiveram nessa jornada.

RESUMO

A presente pesquisa, realizada para a obtenção do título de Mestre em Geografia, objetivou analisar a iniciativa denominada Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC, buscando descobrir os principais motivos para o seu não funcionamento. A motivação para pesquisar se deu como resultado de um questionamento frequentemente levantado no meio acadêmico acreano, ou seja, a não existência de uma economia regional forte. As estratégias metodológicas utilizadas foram: a) revisão de literatura (em livros, artigos de jornais, dissertações e teses e sitios da internet); b) análise do Projeto de Lei Nº 5.957/2013, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; c) análise de relatórios técnicos sobre ZPEs, boletins informativos sobre a ZPE/AC, e, ainda, d) realização de entrevistas com pessoas que fizeram parte da criação e implementação da ZPE/AC, empresários, e especialistas no tema (considerados pessoas chaves). Após o processo investigatório viu-se que a crise estrutural do capital iniciada em 2007/2008, problemas para obtenção de financiamento para viabilizar as primeiras plantas industriais no local, questões relacionadas com escala de produtos e orientações políticas equivocadas por parte do Governo Estadual, resultaram em situações que limitaram e até inviabilizaram a iniciativa.

Palavras – chave: Economia, Administração Pública, Estado, Zona de Processamento de Exportação.

ABSTRACT

The present research, carried out to obtain the title of Master in Geography, aimed to analyze the initiative called Export Processing Zone - ZPE/AC, seeking to discover the main reasons for its non-functioning. The motivation to research came about as a result of a question frequently raised in the academic environment of Acre, that is, the non-existence of a strong regional economy. The methodological strategies used were: a) literature review (in books, newspaper articles, dissertations and theses and internet sites); b) analysis of Bill No. 5.957/2013, which provides for the tax, exchange and administrative regime of Export Processing Zones; c) analysis of technical reports on SPAs, newsletters on the SPA/AC, and, still, d) conducting interviews with people who were part of the creation and implementation of the SPA/AC, entrepreneurs, and experts on the subject (considered key people). After the investigative process, it was seen that the structural crisis of capital that started in 2007/2008, problems in obtaining financing to enable the first industrial plants in the place, issues related to the scale of products and misguided political orientations by the State Government, resulted in situations that limited and even made the initiative unfeasible.

Key words: Economy; Public Administration; State; Export Processing Zone.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Principais Setores Econômicos do Estado do Acre	15
Figura 02 – Finalidades de uma ZPE	39
Figura 03 – Detalhamento dos Benefícios para Empresas Instaladas em ZPE	40
Figura 04 – Principais Zonas de Exportação do Brasil	44
Figura 05 – Pontencialidade da ZPE/AC	46
Figura 06 – Rotas de Exportação	47
Figura 07 – Vista Lateral da ZPE/AC em 2020	48
Figura 08 – Investimentos Públicos Realizados. Valores atualizados e descontados ao mês de abril de 2019	49
Figura 09 – Vista aérea da ZPE/AC	50
Figura 10 – Vista aérea da ZPE/AC	50
Figura 11 – Mapa de Localização da ZPE/AC	51

LISTA DE SIGLAS

- AFRMM - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
ABRAZPE - Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CZPE - Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DI - Distrito Industrial
DD - Discurso do Desenvolvimento
EADI - Estação Aduaneira Interior
FIEAC - Federação das Indústrias do Estado do Acre
FMI - Fundo Monetário Internacional
FPA - Frente Popular do Acre
GT - Grupo de Trabalho
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IR - Imposto de Renda
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ONU - Organização das Nações Unidas
PIS/COFINS - Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
PT - Partido dos Trabalhadores
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ZFM - Zona Franca de Manaus
ZPE - Zona de Processamento de Exportações
GT - Grupo de Trabalho
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IR - Imposto de Renda
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ONU - Organização das Nações Unidas
PIS/COFINS - Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
PT - Partido dos Trabalhadores
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ZFM - Zona Franca de Manaus
ZPE - Zona de Processamento de Exportações

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO – INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA REALIZADA	13
1.1 TEMA, QUESTÃO DE PESQUISA E RELEVÂNCIA	13
1.2 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	16
1.3 OBJETIVO GERAL	17
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.5 METODOLOGIA	18
2 CAPÍTULO – O ESPAÇO, O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO	20
2.1 SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO	20
2.2 O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	21
2.3 UMA ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO – TEORIA DECOLONIAL	23
2.4 PARA ENTENDER OS AGENTES DE PODER	29
SOBRE O AMBIENTALISMO E A TENTATIVA DE PROMOVER O	
2.5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO “SUSTENTÁVEL” DO ESTADO DO ACRE	31
2.6 A ZPE/AC NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	34
3 CAPÍTULO – RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
3.1 O SIGNIFICADO E A FINALIDADE DE UMA ZPE	37
3.2 SOBRE AS DIFERENÇAS DE ZPE PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS	41
3.3 A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DE ZPE’s	42
3.4 CHINA E BRASIL	42
3.5 A ZPE DO ACRE	44
3.6 A ZPE NAS FALAS (“FALAS SILENCIADAS”) DOS AGENTES PROMOTORES	52
3.7 PRINCIPAIS MOTIVOS PARA O NÃO FUNCIONAMENTO DA ZPE/AC	52
DO APRENDIZADO COM A ZPE: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O	
3.8 DESENVOLVIMENTO ACREANO	58
CONCLUSÕES.....	60

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

O Brasil já foi uma das dez maiores economias globais e possui uma indústria diversificada. Apesar disso, seu percentual de exportações em relação ao PIB ainda é baixo, principalmente se comparado a outros países. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2014, as exportações brasileiras de bens e serviços representavam apenas 12% do Produto Interno Bruto, ao passo que a média mundial é 30% – valor que não se altera muito em economias emergentes ou menos desenvolvidas. Nos últimos anos essa situação vem se mantendo semelhante. Além disso, o Brasil contribui com apenas 1,2% do volume mundial de exportações de bens, valor que cai para 0,7% se apenas os manufaturados forem considerados.

Esse cenário pode ser, em grande parte, explicado pela falta de competitividade das empresas exportadoras brasileiras, que precisam superar diversos desafios para vender seus produtos no mercado internacional. Burocracia, excesso de leis e tarifas, demora na liberação de mercadorias e dificuldade de escoamento que tornam o processo de exportação caro e lento, o que provoca aumentos dos preços das mercadorias e reduz a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

No Estado do Acre, apesar da existência de um mercado potencial com cerca de 30 milhões de consumidores em um raio de 750 km da capital Rio Branco, as trocas internacionais ainda são consideradas tímidas. São diversas as questões e/ou gargalos que dificultam a inserção de empresas Acreanas no comércio internacional, notadamente com os vizinhos andinos. Os indicadores evidenciam que, até o momento, não se verificou aumentos consideráveis e sustentáveis do comércio internacional (do Acre e pelo Acre), mesmo com inauguração da "Estrada do Pacífico", pavimentada desde 2011, e o alfandegamento de uma Zona de Processamento de Exportações – ZPE.

Isto posto, a presente pesquisa trata-se de uma “Estudo de Caso” da Zona de Processamento de Exportações - ZPE/AC dentro do contexto das políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado do Acre, na tentativa de contribuir na elucidação dos não resultados dessa iniciativa efetivada pelo Governo Estadual com o apoio do Governo Federal.

No primeiro capítulo apresentam-se informações sobre o tema, bem com a problemática da pesquisa e sua importância. Apontam-se também os principais objetivos da pesquisa e

informações acerca das estratégias metodológicas utilizadas para se chegar aos resultados analisados.

No capítulo dois aborda-se o conceito de espaço, de acordo com alguns autores importantes que discutiram este tema, bem como uma análise de como o Estado organiza o espaço para atender os interesses de agentes sociais. Observa-se que o Estado, dotado de soberania econômica e política, articula em conjunto com o mercado internacional os melhores lugares e setores para implantarem a infraestrutura que desejam, e assim coordenam e organizam o espaço para interesses em comum. Outra questão abordada nesta parte relaciona-se com o conceito de desenvolvimento, problematizado segundo o olhar teórico decolonial. Ainda neste capítulo, apresenta-se uma breve cronologia dos governos da Frente Popular do Acre, responsáveis pela criação da ZPE, e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A parte final foi destinada ao tema central do estudo, onde a ideia básica é falar sobre o conceito de ZPE e sua origem (China); sobre problematizações relacionadas com as experiências de ZPE que deram certo no Brasil e indicações das diferenças desse modelo para o modelo da Zona Franca de Manaus. Também foram apontadas considerações sobre a origem/criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE/AC explicando e esclarecendo os reais motivos que a mesma não entrou em operação com base em fontes criadas através de pesquisa (entrevistas com pessoas chaves) realizada visando contribuir na resposta da questão de pesquisa formulada.

CAPÍTULO 1: INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA REALIZADA

Nesta parte busca-se deixar claro ao leitor os motivos do tema pesquisado, bem com a problemática da pesquisa e sua importância. Apontam-se também os principais objetivos da pesquisa realizada e as estratégias metodológicas utilizadas para se chegar aos resultados apresentados.

1.1 TEMA, QUESTÃO DE PESQUISA E RELEVÂNCIA

Pode-se afirmar que essa pesquisa resultou de um questionamento frequentemente levantado no meio acadêmico sobre os vários motivos da não existência de uma economia regional acreana efetiva, que não utilize a administração pública como principal fomentador da economia do Estado, visto que a região do Acre é dotada de muitos recursos oriundos da floresta, além de outros recursos culturais, tais como: *ayahuasca*. Na tentativa de trabalhar na perspectiva de compreender esse tipo de questionamento, foi que se optou por verificar os reais motivos do não funcionamento de uma iniciativa de desenvolvimento que, aparentemente, poderia provocar certo dinamismo econômico na região do Estado do Acre, que para muitos, inclusive, poderia colocar o Estado na rota da economia nacional: a Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC.

Observa-se que o Estado do Acre atualmente possui como principais fontes de geração e circulação de renda, diferente de regiões mais dinâmicas economicamente, os setores da administração pública, de serviços, e comércio. Sendo a administração pública o principal meio de empregabilidade como mostra a figura 01 a seguir. Dessa maneira, a importância de fazer a pesquisa surge dessa análise, pois caso o Estado diminua a dependência das transferências federais e as pessoas residentes dependam menos da oferta de vagas em concursos públicos ou cargos comissionados, poderíamos minimizar a dificuldade de parte considerável da população na obtenção de renda. A relevância do estudo de caso da Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC, portanto, aparece no centro dessa problemática, ou seja, de buscar encontrar alternativas outras para a geração de renda e emprego no Estado do Acre.

Figura 01 – Principais setores econômicos do estado do Acre

Atividades econômicas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	121.187	121.321	125.229	129.232	133.161	136.011
Administração Pública	57.764	52.465	51.850	53.091	52.321	56.415
Comércio	19.281	22.784	24.406	24.172	25.183	25.488
Serviços	23.955	27.306	29.597	32.373	35.498	35.929
Indústria de Transformação	6.769	7.189	7.029	6.966	6.655	6.589
Construção Civil	8.960	7.088	7.745	7.814	8.574	5.631
Agropecuária	3.260	3.115	3.098	3.338	3.603	3.859
SIUP*	978	1.054	1.171	1.222	1.209	1.813
Extrativa Mineral	220	320	333	256	118	287

Fonte: MTE/RAIS.
Nota: (*) SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Fonte: ACRE, 2017.

A questão central discutida no trabalho foi, portanto, entender os principais motivos para a Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC nunca ter entrado em operação, mesmo com esse distrito industrial incentivado tendo sido devidamente alfandegado e disponibilizado toda a infraestrutura necessária para alocação das empresas exportadoras.

A Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC teve sua “inauguração” no ano de 2010, com a disponibilização da infraestrutura para a alocação das empresas que se instalariam nesse espaço alfandegado. Observa-se que mesmo não tendo uma definição clara de quais empresas seriam convidadas para a implantação de plantas dentro da ZPE/AC, e quais seriam os produtos e públicos iriam atender, a ZPE/AC parecia possuir uma estratégia de logística ótima, na medida em que se localiza no município de Senador Guiomard e que possui ligação com os eixos da “estrada do Pacífico”, interior do Estado, e integração com o restante do país.

Nesse sentido, o presente estudo visou analisar a ZPE/AC dentro do contexto das políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado do Acre. A ideia básica foi indicar os principais motivos que a ZPE/AC não teve sua funcionalidade efetiva como iniciativa de desenvolvimento, efetivada pelo Governo Estadual com o apoio do Governo Federal. Sendo assim buscou-se responder sobre os principais motivos da inviabilidade de funcionamento da mesma e, também, os prováveis impactos que poderia provocar na/para região.

Vale salientar que no Acre, os governos da FPA (liderados pelo Partido dos Trabalhadores – PT - período de 1999 a 2018) apresentaram para a sociedade um novo modelo para o desenvolvimento. Modelo pautado na lógica do “desenvolvimento sustentável”, que conforme o discurso do próprio governo trabalharia com a implantação de projetos

extrativistas renovados, com o aproveitamento inteligente da floresta, considerada nossa única vantagem comparativa. Depois de diversas iniciativas com resultados questionáveis, como as experiência com o “extrativismo melhorado tecnicamente por dentro – neoextrativismo”¹, com o manejo de madeira, com a venda de crédito de carbono, etc), e percebendo que a geração de emprego e renda não estavam sendo significativas, foi necessário criar outros mecanismo de desenvolvimento na/para região. A ZPE/AC, objeto de estudo dessa pesquisa, apareceu como uma proposta interessante nesse contexto.

Dessa maneira, para promover o crescimento econômico das regiões com baixo desenvolvimento econômico a ZPE/AC, localizada na BR-317, no município de Senador Guiomard- AC foi “inaugurada” no ano de 2010, mas nunca entrou em operação efetivamente, mesmo o modelo aparentemente possuindo vantagens econômicas para as empresas que nesse espaço se instalassem (incentivos fiscais e os mecanismos facilitados para o escoamento da produção via eixo do pacífico).

A análise do objeto pesquisado se deu no período que compreende desde a “inauguração” da ZPE/AC até os dias atuais (2021), onde o Governo tenta vender as instalações para empresários da China. Conforme o site acrenews.com.br (2021):

O Instituto Sociocultural Brasil-China (Ibrachina) nesta quarta-feira, 27, em São Paulo, o Secretário de Ciência e Tecnologia (Seict), Anderson Abreu, o Procurador-Geral do Estado João Paulo Setti e o Secretário de Estado de Saúde, Alysson Bestene e o Presidente da Ordem dos Advogados do Acre Erick Venâncio, apresentaram um projeto com objetivo de atrair investidores chineses para a possível compra e investimentos na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre (GOVERNO, 2021, não paginado).

Vale destacar que no momento que a pesquisa estava sendo desenvolvida (até dezembro de 2021), o Governo do Estado não tinha realizado a venda da ZPE/AC, pois a empresa destinada à compra não efetuou o pagamento descrito nos termos do acordo do contrato de compra e venda.

1.2 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Levantou-se como hipóteses para a ZPE/AC nunca ter entrado em efetivo funcionamento, apesar de alfandegada, questões relacionadas com a crise mundial que o mundo capitalista vivenciava por ocasião do alfandegamento, e a falta de uma cultura exportadora no

¹ Sobre neoextrativismo ver mais em REGO *et. al* (1996).

Estado do Acre.

Vale destacar que, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico do país, é comum o Governo Federal criar medidas para estimular regiões que possuam potencial para exploração e utilização dos recursos, mas que ainda não participam ativamente da economia nacional. No caso brasileiro, podem-se considerar as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE's como alternativas para incluir essas áreas.

Observa-se que vivemos em uma sociedade totalmente dependente do mercado internacional onde o discurso dominante é que a não participação deste, seja comprando ou consumindo algo, inevitavelmente excluiria os países e regiões dos frutos do progresso ou o desenvolvimento. Desse modo, os países hegemônicos, se prevalecendo desse discurso, lançam constantemente “suas garras” em cima dos países subdesenvolvidos buscando inseri-los no dito desenvolvimento. Isso acontece através de mecanismos variados, principalmente através das empresas multinacionais. Entretanto, por trás disso tudo, há sempre um grande mal que se instaura: a dependência econômica e social que os países não centrais findam tendo que arcar.

As novas lógicas de apropriação do território do ponto de vista da economia e da política moldam os espaços para atender ao mercado internacional, os espaços antes vistos como desagregados ou desconectados, hoje são articulados para participarem com seus recursos: naturais, sociais, infraestrutura, entre outros, para atenderem aos interesses do capital internacional, “em nível global a Amazônia se transforma em fronteira do capital natural do uso científico – tecnológico da natureza” (BECKER, 2004, p. 73), esta não poderia deixar de contribuir com uma parcela do seu território para essa finalidade. Nesse contexto de integração de territórios, entram como gestão e organização o desenvolvimento, na buscar de integrar os espaços desconectados economicamente.

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar a iniciativa denominada Zona de Processamento de Exportação – ZPE/AC, buscando descobrir os principais motivos para o seu não funcionamento, mesmo tendo sido alfandegada.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos foram:

- Entender os porques da mudança no projeto de construção de um Porto Seco para ZPE;
- Compreender a lógica geográfica e econômica da implantação de zonas de desenvolvimento, especialmente no Estado do Acre;
- Apresentar exemplos de outras ZPEs e indicar como essas estão funcionando.

1.5 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através dos seguintes procedimentos: a) revisão de literatura (em livros, artigos de jornais, dissertações e teses e sítios da internet); b) análise do Projeto de Lei N° 5.957/2013, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; c) análise de relatórios técnicos sobre as ZPEs, boletins informativos sobre a ZPE/AC, e, ainda, d) realização de entrevistas com pessoas que fizeram parte da criação e implementação da ZPE/AC, empresários e especialistas no tema (considerados pessoas “chaves”), com objetivo de levantamento de informações e criação de fontes visando explicar a não entrada em operação dessa importante iniciativa.

Vale assinalar que o estudo contou com alguns contra tempos, pois a julgar pela temática do ineditismo, existiam poucos materiais publicados sobre o assunto, principalmente sobre a ZPE/AC, de certa maneira obrigando a buscar informações com pessoas que fizeram parte da criação e implementação da mesma. Outro grande obstáculo foi a negativa de fala da grande maioria das pessoas “chaves” previamente selecionadas. Sem dúvidas, esse foi o principal obstáculo enfrentado que, de certa maneira, limitou muito as possibilidades de levantar questões e problematizações mais aprofundadas sobre o objeto pesquisado. Muitos alegaram como justificativa de suas negativas o período pandêmico. Outros, simplesmente não quiseram falar (notadamente os ex-governadores da Frente Popular do Acre, senhores Jorge Viana, Tião Viana e Binho Marques).

Para as entrevistas utilizaram-se roteiros com perguntas abertas, encaminhados previamente via e-mail (ver anexo). Como o roteiro foi encaminhado previamente, os possíveis entrevistados poderiam escolher falar ou não falar sobre as questões apresentadas. Destaca-se que três (03) das entrevistas daqueles que aceitaram falar ocorreram presencialmente, e uma (01) utilizando vídeo chamada (*meet Google*). Nas entrevistas presenciais, utilizaram-se todas as medidas de distanciamento e cuidados para a prevenção do COVID-19. Em todas as entrevistas o entrevistado era perguntado e passava a falar (relatar) livremente sobre o que tinha

sido indagado, podendo inclusive mudar de assunto sem a intervenção do entrevistador² que em nenhum momento foram interrompidos. Durante a coleta procurou-se sempre prestar atenção nos discursos, nos silêncios, nos olhares e nas alterações da paisagem.

Vale notar que se tem consciência que os assuntos relatados pelos entrevistados podem não ter sido o que verdadeiramente aconteceu, mas uma versão - nem melhor nem pior - única, de vivências filtradas pela experiência e pelo tempo. Certamente, o que informaram não foi exatamente fiel ao que se passou, de como se deram as coisas, mas momentos narrativos. Para Benjamin (1985), por exemplo, uma narrativa não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório.

Coletou-se a voz do atual Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC, José Adriano da Silva, no dia 13 de julho de 2021 (entrevista presencial com duração de aproximadamente 16 minutos); entrevistou-se o técnico Mário Humberto Acuna, professor Doutor da Universidade Federal do Acre, que participou como consultor da construção de um relatório de viabilidade técnica da ZPE/AC no ano de 2019 (esta entrevista foi realizada por meio da plataforma Google Meet no dia 23 de agosto de 2021). Marcos Vinícius O. de Moraes, Diretor de Gestão Operacional e RH da ZPE desde 2012 também concedeu entrevista, realizada no dia 23 de novembro de 2021 (entrevista com duração de aproximadamente 40 minutos). Outro entrevistado foi o ex Presidente da FIEAC e um dos primeiros membros do Conselho local da ZPE/AC, João Francisco Salomão. Observa-se que Salomão, atualmente, é empresário e presidente da empresa ITS, localizada no parque industrial, sentido Rio Branco – Porto Velho (entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2021, com duração de 10 minutos). Todos os entrevistados autorizaram que os resultados de suas falas fossem utilizadas exclusivamente nesse trabalho.

² Todas as entrevistas foram conduzidas pelo autor

CAPÍTULO 2:

O ESPAÇO, O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo aborda-se o conceito de espaço de acordo com autores importantes que discutiram essa categoria. Apresenta-se uma sintética análise de como o Estado organiza o espaço para atender os interesses de certos atores sociais, pois o Estado dotado de soberania econômica e política em conjunto com o mercado articulam os melhores lugares e setores para implantação da infraestrutura que desejam e, assim, coordenam e organizam o espaço para interesses em comum.

Outra questão destacada nesse capítulo relaciona-se como conceito de “desenvolvimento”, abordado segundo um olhar teórico, digamos, decolonial. Por fim, apresenta-se breves comentários sobre as políticas dos governos que estiveram na direção do Estado do Acre nos últimos tempos, com destaque para os promotores do dito “desenvolvimento sustentável”. Exatamente os governos que realizaram o alfandegamento³ da ZPE/AC em pleno contexto de crise estrutural do capital.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO

Inicialmente é relevante esclarecer alguns significados importantes para a compreensão do conceito de espaço, para que o leitor possa entender como o Estado produz e organiza o espaço para atender determinados interesses, notadamente das transnacionais e do capital financeiro, que se utilizam desse espaço para se reproduzirem.

Para muitos, paisagem e espaço são considerados sinônimos, mas para Santos (1988, p. 21), paisagem é “tudo aquilo que nós vemos. O que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. De forma bem simples, paisagem é identificada apenas como aquilo que é visível ao olho.

³ Entende-se por alfandegamento a autorização, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados, embarque, desembarque ou trânsito de viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados, movimentação, armazenagem e submissão a despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial, bens de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados e remessas postais internacionais, nos locais e recintos onde tais atividades ocorram sob controle aduaneiro. No caso do alfandegamento de uma ZPE, consiste em criar uma área dentro da ZPE para o despacho de mercadorias, ou seja, um local para controle de entrada e saída de mercadorias sob controle aduaneiro, conforme legislação e regras técnicas da Receita Federal, com câmeras de monitoramento, além de espaço para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a própria Receita Federal.
(Fonte: normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=36460).

Já o espaço ocupa outro nível de percepção, segundo Santos (1988, p. 25):

o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Grosso modo, o espaço é tido como a inter-relação do homem com o meio, e a paisagem é tudo aquilo que o olho consegue ver. Portanto “o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento” (SANTOS, 1988, p. 26). Outro conceito utilizado por Santos (1988, p. 22) é de que “[...] a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas”.

Outra distinção importante de se fazer é compreender que espaço é diferente de território. De acordo com RAFFESTIN (1993) o espaço é concebido antes do território, portanto:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuito e fluxos que aí se instalaram: rodovias, canais, estradas e de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc” [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dessa maneira, todas as infraestruturas construídas para benefício da sociedade constituem ações que estão direcionadas ao território, mas que esse é contido dentro do espaço, por isso a confusão dos conceitos, pois eles são muito utilizados para explicar as ações da sociedade.

Assim, o Estado responde aos desafios sociais e também aos interesses de agentes econômicos e políticos em suas ações promotoras de modificações no espaço produzido. Desta forma, o estudo aqui proposto entende o Estado e a Sociedade como viabilizadores das mudanças no espaço produzido do Acre, numa dinâmica que responde ao mesmo tempo, tanto aos desígnios sociais locais, como também de agentes econômicos externos, que agem por um espaço em redes globais, sobrepondo ao lugar.

2.2 O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O sistema econômico vigente nos dias atuais é o capitalismo. Sistema de organização

da produção que comanda todas as economias do globo. Nesse sentido, nos parágrafos a seguir aponta-se de forma resumida como o capitalismo aliado do Estado produz e organiza os espaços para atender apenas os interesses econômicos de poucos.

O modo de produção capitalista possui como uma de suas mercadorias a terra na sua forma de reproduzir insumos para serem comercializados (SILVA, 1991). “[...] O capitalismo possui uma dimensão espacial que se manifesta como espaço geoeconômico – espaço de produção (agrícola, pecuário, extrativo, industrial), de troca (comercial), de circulação (vias de tráfego) e de consumo (urbano, de serviços) [...]” (SILVA, 1991, p. 133), esse espaço descrito é composto de vários sujeitos tornando-se um espaço de fluidez, descrito por Milton Santos, interconectado a vários lugares e mercados diferentes. Segundo Kurz (2002, p. 01) “[...] os serviços públicos assumem a mesma forma-dinheiro que a produção de mercadorias para o mercado [...]”, nesse sentido fica claro identificar a quem o Estado beneficia e quais atores participam desse processo.

De acordo com Silva (1991, p. 134), o funcionamento do mercado capitalista ocorre da seguinte forma: “o mercado, no capitalismo, expressa-se, então, como o conjunto dos lugares de produção, troca, circulação e consumo, ou seja, a realização do espaço geoeconômico, consiste na efetivação simultânea do espaço geográfico como espaço econômico e deste como aquele”, entender o funcionamento do mercado, esclarece como ocorre o funcionamento do capital e sua organização sobre o espaço.

Para o sistema capitalista vigorar com suas mercadorias é necessário que o mesmo se alinhe com o Estado, visto que este detém o controle das organizações dentro do espaço (SILVA, 1991). “[...] chegar ao Estado é apropriar-se não só do poder sobre o espaço, mas também do espaço já existente e produzir e reproduzi-lo a sua maneira, isto é, como capital [...]” (SILVA, 1991, p. 134).

De acordo com Kurz (2002, p. 01) “[...] a forma moderna ‘Estado’ representa somente o reverso, a condição estrutural e a garantia da privacidade capitalista; o Estado não pode, conforme sua natureza, constituir a forma de uma ‘associação livre’ [...]”, pois existe a coisificação dos serviços oferecidos pelo Estado. Nesse sentido Kurz (2002, p. 01) continua, “[...] os serviços públicos assumem a mesma forma-dinheiro que a produção de mercadorias para o mercado [...]”.

Kurz (2002, p. 01), esclarece a função principal que o Estado possui, onde “[...] a administração pública de coisas permanece assim nacionalmente limitada, burocraticamente

repressiva, autoritária e ligada às leis fetichistas da produção de mercadorias [...]”, fica bem claro a nova finalidade que o Estado assume ao se alinhar a nova ordem capitalista.

Portanto Kurz (2002, p. 01), esclarece “[...] O Estado financia esses serviços e agregados de coisas somente para uma pequena parte, por meio de tarifas cobradas dos cidadãos [...]”, tudo está interconectados para a mesma finalidade, enriquecer o capitalismo. Neste sentido, o que se viu no Acre, no período estudado, foram ações do Estado no sentido de fomentar processo que dinamizasse a economia local, num processo de integração espacial em rede, da região acreana, ao circuito do capital global com a ZPE.

2.3 UMA ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO - TEORIA DECOLONIAL

A palavra desenvolvimento no dicionário possui como significado: progresso, crescimento econômico, entre outros. Nesse sentido, essa palavra já entra no imaginário da sociedade com uma carga dotada de evolução na economia, de uma suposta passagem do ruim para o melhor. Em qualquer sentido que seja empregada, a ideia de melhoramento é manifestada em nossas mentes. “[...] o sentido da palavra desenvolvimento está incrustado na nossa maneira de ler, pensar e representar o mundo” (MACHADO, 2006), pois tudo que se remete a progresso somos levados a evocar, quase de imediato, à palavra desenvolvimento.

Segundo Becker (1997, p. 59), “[...] desenvolvimento significa crescimento econômico equilibrado e baseado no avanço permanente do conhecimento científico e da eficácia econômica”, nesse sentido o termo destacado sempre apresenta uma ideia de avanço da sociedade para algo idealizado de fora para dentro.

“O termo ‘desenvolvimento’, além de polissêmico, não encontra consenso, na teoria ou na prática, quanto ao seu significado [...]” (RAVENA, 2019, p. 34), tornando-se, portanto, difícil de contextualização. Para os objetivos dessa pesquisa, tenta-se trabalhar o conceito de desenvolvimento na visão decolonial. Ou seja, com uma abordagem de desenvolvimento intrínseco, que pode surgir “a partir das particularidades históricas, culturais e das potencialidades de cada grupo” (RAVENA, 2019, p. 34), voltado para a realidade do lugar analisado.

Observa-se que “para os ortodoxos, desenvolvimento é sinônimo de desenvolvimento econômico. Para os heterodoxos, a definição de desenvolvimento passa por categorias históricas e culturais, mas também está centrado no crescimento” (RAVENA, 2019, p. 34).

Segundo Machado (2006, p. 03):

Em torno da palavra foi, então, constituindo-se um núcleo de sentidos correlatos: crescimento, progresso, evolução, melhora, etc. Esse núcleo tem condicionado todas as tentativas de redefini-lo. Independente do contexto e do esforço empreendido – seja agregando-lhe um qualificativo, ou tecendo explicações e definindo seus limites –, a expressão não escapa da ideia de “caminho percorrido”: do pior para o melhor, do simples para o complexo, do pouco para o muito, do inferior para o superior. Ela está sempre remetendo para uma escala evolutiva, para uma ideia de progresso. Desse modo o desenvolvimento geralmente parte do pensamento elaborado nos países desenvolvidos, aqueles que já possuem uma economia solidificada e que no discurso dizem que almejam desenvolver os países que possuem pouco ou não possuem progresso algum. Na visão daqueles, seria necessário se desenvolver economicamente a fim de participar do “mercado mundial”, seja por meio de venda ou compra de produtos. Desse modo, desenvolver-se significaria participar do mercado internacional.

Também considera que o “[...] Desenvolvimento é um produto da modernidade ou, mais especificamente, do período pós - Segunda Guerra Mundial, em que se buscava construir um projeto de hegemonia ideológica que tivesse a força necessária, para se contrapor [...], ao marxismo- leninismo” (RAVENA, 2019, p. 34).

O conjunto de conceitos construídos nos EUA e Europa em torno da palavra desenvolvimento, portanto, parte de um inabalável credo na capacidade da ciência para gerar recursos tecnológicos, a fim de produzir conjuntos de sistemas eficientes capazes de alimentar um progresso permanente na vida das sociedades (MACHADO, 2006). A partir dessa visão, o crescimento econômico ganharia um papel norteador na sociedade.

Embora a crença no progresso linear e cumulativo das sociedades tenha gerado ambiciosas formulações, chegando a se constituir em uma das ideias centrais do pensamento socioeconômico do século das Luzes (VIOLA, 2000: 13), foi somente depois da II Guerra Mundial que o sentido colonizador dessa noção pôde realizar toda sua potencialidade, passando a nortear um projeto geopolítico em escala global.

“Quando, porém, observam-se de perto aspectos mais estruturais da situação atual, verifica-se que o centro do sistema busca impor uma globalização de cima para baixo aos demais países” (SANTOS, 2001, p. 149). Inclusive, é através dessa nova organização das redes de mercado internacional que aparece o conceito de desenvolvimento econômico, utilizado pelos países desenvolvidos, para se impor aos não desenvolvidos.

É, pois, no interior dessas redefinições que uma longa tradição de construção social da ideia de desenvolvimento foi transformada em arma contra o comunismo e em ponta de lança da expansão capitalista sob a hegemonia dos EUA (ESTEVA, 2000). O bloco capitalista, liderado pelos EUA, concentrou esforços na defesa dos seus interesses (econômicos e políticos). O poder colonizador da ideia de desenvolvimento constituiu-se em um dos principais eixos do funcionamento da estratégia empreendida no sentido de reafirmar os valores e os interesses das sociedades capitalistas industrializadas, garantindo não só a sua reprodução, como também sua contínua expansão (MACHADO, 2006, p. 04).

Vale observar que o sentido de hegemonia não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente, em todos os aspectos (SADER, 2005).

Segundo Lock (2004), o contexto das guerras é outro elemento bem difundido como uma ideologia dos países desenvolvidos como uma forma de impor autoridade sobre o país que se pretende coagir, essa forma de dominação pela força bruta é frequentemente usado pelos Estados Unidos, por exemplo, a fim de demonstrar seu status de dominador e detentor hegemônico.

É nessa perspectiva que, a partir do imediato pós-Segunda Guerra, tem início um imenso investimento envolvendo recursos econômicos, científicos e tecnológicos no sentido de reorientar a trajetória dos países do Terceiro Mundo, sob a promessa de finalmente colocá-los definitivamente nos trilhos do desenvolvimento. É no interior das complexas relações de poder estabelecidas entre as nações na esfera mundial, e entre os diferentes setores ou classes sociais no âmbito de cada uma delas, que o desenvolvimento das regiões consideradas pobres entrou na *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Isso colocou em ação uma série de dispositivos capazes de orientar condutas e modos de intervenção numa determinada lógica estabelecida, assim como, e principalmente, excluir alternativas que poderiam ameaçar essa mesma lógica (MACHADO, 2006, p. 04).

“O conjunto desses dispositivos colocados a serviço da salvaguarda dos valores culturais do ocidente capitalista a partir das disputas de hegemonia travadas na esfera internacional é que forma o núcleo do *discurso do desenvolvimento*” (MACHADO, 2006, p. 04). Desenvolvimento esse voltado para a dominação dos países que ainda não estão e não possuem poder econômico de competição frente aos desenvolvidos e o mercado internacional. Esse é o real objetivo do desenvolvimento econômico imposto.

A construção da ideia de subdesenvolvimento como identidade dos países do Terceiro Mundo foi um dos mais sólidos produtos desse discurso. A produção do mundo “subdesenvolvido” *política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente*, como disse Said em relação ao orientalismo (1990, p.15), foi um trabalho para o qual contribuíram, e ainda contribuem, agentes os mais variados, seja em relação às intenções, à formação profissional ou ao credo político; seja no interior de instituições especializadas; seja em centros de produção de conhecimentos (MACHADO, 2006, p. 4-5).“Determinados espaços institucionais são particularmente relevantes na produção e difusão das estratégias discursivas que alimentam o discurso do desenvolvimento” (MACHADO, 2006, p. 5). Espaços que são construídos com a pretensão de dominação hegemônica dos países desenvolvidos, a fim de dominar, levando o seu progresso e seu desenvolvimento aos não desenvolvidos. A composição da hegemonia também está relacionada a outros fatores como a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os países desenvolvidos conseguem produzir e multiplicar.

Portanto, para além de ser um conceito utilizado pela economia para designar uma etapa

fugaz em que se encontra uma determinada nação, e mais do que uma interminável fonte geradora de teorias econômicas e dissolução de técnicas científicas para problemas políticos, sociais e institucionais, “o discurso do desenvolvimento funciona como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural” (MACHADO, 2006, p. 5).

Aproximando-se da trilha aberta por esses estudos, mas já na década de 1990, o colombiano Arturo Escobar (1998) realizou um extenso e profundo exame do desenvolvimento como regime de discurso e de representação social, de onde se construiu o terceiro mundo. Para ele, existe uma proximidade entre o modo de operar já caracterizado nos estudos sobre o orientalismo, africanismo, colonialismo e o do que ele denominou de *desenvolvimentismo*, no sentido de que eles estabelecem aparatos de produção de conhecimento e exercício de poder bastante eficientes na conformação de um “régimen de gobierno sobre el Tercer Mundo, un espacio para ‘los pueblos sujeto’ que asegura cierto control sobre el” (ESCOBAR, 1998 apud MACHADO, 2006, p. 5).

Foi no “período de expansão da economia mundial, *a era de ouro do capitalismo*, que o Discurso do Desenvolvimento (DD) emergiu, funcionando como instrumento de mediação das relações de poder e dominação [...]” (MACHADO, 2006, p. 06). Através desse discurso os países dominantes puderam expandir seus territórios e consequentemente enriquecer ainda mais à custa da pobreza e da miséria daqueles que viam no progresso e abertura para o mercado internacional um escape para melhores condições dignas. Vale lembrar que o primeiro momento de dominação que tivemos conhecimento foi a invasão dos espanhóis e portugueses no continente americano, para fazer a expansão de suas terras e riquezas.

A ideia de desenvolvimento veiculada e reafirmada pelo DD é um construto assentado numa determinada concepção da história da humanidade e das relações entre o ser humano e a natureza, centrada na trajetória das sociedades industrializadas europeias e norte-americana, como uma espécie de transplantação geográfica dessas. Essas sociedades são assumidas, implicitamente, como o modelo de sociedade considerado universalmente válido e desejável, sendo a partir delas estabelecidos os parâmetros tomados como universais para medir o relativo atraso ou progresso dos demais povos do globo (VIOLA, 2000). Em torno dessa concepção é que o conceito de subdesenvolvimento foi formulado e convertido em eixo e pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do “atraso” e da “pobreza” dos países do Terceiro Mundo – políticas essas orientadas pelo DD (MACHADO, 2006, p. 06).

Nesse sentido “cria-se um verdadeiro totalitarismo tendencial da racionalidade – isto é, dessa racionalidade hegemônica, dominante -, produzindo-se a partir do respectivo sistema, certas coisas, serviços, relações e ideias” (SANTOS, 2001, p. 128). Há, portanto, o crescimento da dependência econômica entre os países subdesenvolvidos, isto pois desenvolvimento é uma criação histórica de modo de produção capitalista, baseado e sustentado na submissão dos países pobres (empobrecidos), onde dificilmente haverá inversões das condições de cada país.

Assim, entende-se que a palavra desenvolvimento nunca deixará de ter uma carga de dominação na sociedade, pois há por trás de tudo isso as estratégias, que os países desenvolvidos impõem aos não desenvolvidos. Ou seja, “[...] a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural” (SANTOS, 2001, p. 129). Globalização essa que pode ser entendida como o desenvolvimento, crescimento e progresso, no sentido visto antes.

Ainda segundo Machado (2006, p. 06):

Quando no final da década de 1960 o ritmo da expansão econômica que vinha marcando a *era de ouro do capitalismo* começou a dar sinais de fadiga, instaurou-se uma crise, cujo encaminhamento produziu transformações que foram alterando completamente a configuração da ordem internacional, afetando direta ou indiretamente quase todos os países do globo e o cotidiano de seus habitantes. Em linhas gerais, os desdobramentos da crise e os mecanismos engendrados pelo capital no sentido de superá-la colocaram em movimento uma transição no *regime de acumulação* e no *modo de regulamentação* social e política a ele associado. Ou seja, o regime de acumulação assentado no modelo fordista-keynesiano foi cedendo espaço para um regime de acumulação “flexível”, conforme a análise de Harvey (1992).

Observa-se que o “discurso do desenvolvimento (DD) foi diretamente afetado por essa crise e pelas mudanças dela decorrentes” (MACHADO, 2006, p. 06). Passou a ser necessário encontrar outras formas de dominação e manipulação dos países subdesenvolvidos acreditarem no progresso. Contudo, para haver o desenvolvimento, há a necessidade de analisar o espaço que se pretende “dominar”, portanto, “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SANTOS, 2014, p. 33). É nesse conjunto de necessidades que os que pretendem desenvolver ou fomentar o crescimento atuam.

Segundo Machado (2006, p. 07), havia algo a mais por trás desse propósito:

Esse campo de disputas se configura em torno de dois conjuntos de interesses. De um lado, se colocam aqueles que historicamente nutriram e alimentaram o DD, cujas estratégias estavam assentadas na promessa de que o contínuo avanço científico e tecnológico era o caminho adequado para a conquista da emancipação social e a base mais firme para o exercício da liberdade dos indivíduos. De outro, estava, aqueles interesses que buscavam apontar os limites do modelo de desenvolvimento dominante para efetivar tal promessa. A problemática ambiental era apontada como um desses limites.

Os modelos de desenvolvimento, portanto, já nasceram com muitas ideologias de dominação. Uma delas, diz respeito à forma como é implementado o desenvolvimento, as trocas, e de que forma essas trocas ocorrerão, entre outros objetivos. Certas instituições, possuem uma lógica que “é determinada pela política global de atração de investimento, como

exemplo, [...] concessão de empréstimos internacionais, sobretudo, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID” (PORTO – GONÇALVES, 1996, p. 15).

As novas lógicas de apropriação do território do ponto de vista da economia e da política moldam os espaços para atender ao mercado internacional, os espaços antes vistos como desagregados ou desconectados, que hoje são articulados para participarem com seus recursos: naturais, sociais, infraestrutura, entre outros, para atenderem aos interesses do capital.

“O imperativo tecnológico é, assim, manipulado e condicionado pelas estruturas de poder mundial. Elas politizam a natureza em função de seus objetivos de poder [...], por isso o desenvolvimento sempre ocorre de cima para baixo ou de fora para dentro, pois os países hegemônicos [...] se servem de enorme acumulação histórica de conhecimentos voltados para sua realidade ecológica e para a dominação do mundo para privar os demais povos e setores sociais destes instrumentos de poder”. (SANTOS, 1997, p. 61-62).

O modelo de desenvolvimento decolonial busca entender e mostrar como isso é perverso, pois não tem nenhum objetivo em desenvolver nada e nem ninguém. Grande parte desses estudos parte dos sujeitos latinos americanos, que vivenciam e vivenciam a cada dia a dependência para os países desenvolvidos. O que se busca é entender como ocorreu a construção desse modelo, e compreender os reais motivos, pois sempre haverá uma repreensão e contenção dos subalternos ao poder.

Segundo Ravena (2019, p. 39), o modelo de desenvolvimento regional implementado sobre a égide neoliberal, teve impactos consideráveis na região Amazônica:

o neodesenvolvimentismo insistiu, de fato, na consecução das políticas neoliberais, interpretando o Brasil como país onde havia potencial subutilizado significativo devido a ganhos de produtividade não realizados e que poderiam ser capturados através do crescimento econômico, incluindo economias de escala, maior emprego no setor privado (deslocando trabalhadores de menor produtividade), apoio estatal ao investimento privado e expansão em mercados externos. É neste último ponto que a Amazônia se inseriu nessa estratégia, como região central.

Portanto, entender os reais motivos que os Governos possuem no desenvolvimento da Amazônia nos esclarece muitos das principais razões, manifestadas ao longo dos anos, de trazer o progresso para os ambientes com “grande potencial”, mas que não é utilizado da forma como o mercado internacional gostaria que fosse.

2.4 OS AGENTES DE PODER

Nos parágrafos a seguir a ideia é problematizar acerca do desenvolvimento sustentável e ambientalismo, mas antes de iniciarmos esse debate, é necessário esclarecer o conceito de “estratégias” definido por Raffestin (1993), para a construção de políticas ambientais, especificamente no Acre, que se utilizou dessas estratégias ambientais como promessas de governo.

Segundo Raffestin (1993, p. 40), “[...] O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc [...], portanto um ator sintagmático é aquele capaz de “combinar todas as espécies de elementos para “produzir”, *lato sensu*, uma ou várias coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 40), mais não só o Estado é dotado de poder, ainda de acordo com Raffestin (1993), as empresas também possuem poder ao dividir mercados, instalar filiais em vários territórios, quando planeja e organiza redes de distribuição das mercadorias, entre outros fatores. Portando, não apenas o Estado possui poder sobre seu território, mas outras instituições também possuem, nesse sentido as empresas se afiliam ao Estado para criar e produzir os organismos adequados para a ampliação do capital.

Um exemplo definido por Raffestin (1993, p. 41) sobre o poder que os Estados e as empresas exercem num determinado espaço:

[...] A população representada como “coleção de seres humanos” é um trunfo, um recurso para o Estado, para as empresas, as igrejas, os partidos etc. Trunfo sobre o qual se busca a posse, dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processos. Há aí uma ambivalência da população, que ao mesmo tempo é fonte das organizações e trunfo dessas mesmas organizações, em diversos graus e sob diversas formas.

Nesse sentido, podemos observar como o Estado organiza e distribui seu poder pelo território juntamente com as empresas para benefício do capital, daí deriva a implantação dos objetivos daqueles gerando as estratégias do Estado, portanto “[...] a estratégia descreve a combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 42).

O conceito de estratégia definido por Raffestin (1993, p. 42) é:

[...] o resultado de um plano, de um projeto ou um programa que contém, entre outras, as finalidades evocadas [...]. Mas a estratégia supõe o recursos a um série de meios. Os meios, ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos. Se passarmos em revista todo um conjunto de relações, notar-se que os mediados são muito diversos: meios financeiros, forças militares, discursos, trabalho, produtos etc.

Desse conceito, temos a construção das estratégias controladas tanto pelo Estado, quanto

pelos organismos financeiros para o controle de determinado setor de interesse.

Já que as estratégias são instauradas no espaço, Raffestin (1993, p. 48) conceitua o espaço de acordo como os organismos agem sobre ele, portanto:

[...] O espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades, e a outra é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um “espaço abstrato” simbólico, ligado à ação das organizações. É, de certa forma, o espaço relacional “inventado” pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real “dado”.

Os agentes que se utilizam do espaço para impor suas estratégias, precisam analisar cada setor que pretende dominar, nesse sentido os conhecimentos acerca desses conceitos utilizados pelo Estado se faz presente no entendimento da dominação das estruturas, um dos conceitos utilizados nessa dominação é o poder.

Para Raffestin (1993), a palavra poder possui vários significados de acordo com a grafia, ou seja, se a palavra está sendo escrita com letra maiúscula ou minúscula, definindo assim a sua intenção de acordo com as circunstâncias. “[...] Portanto, há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar, porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Contudo, o verbete “poder” vai de encontro com os ideais utilizados para alcançar os objetivos pretendidos pelos agentes do poder em vigor.

Entendo de acordo com o autor citado, que o Poder é tudo aquilo que se pode modificar para alcançar um determinado fim ou objetivo, em outras palavras, o poder de persuassão é um bom exemplo para se entender o sentido de poder, pois por meio de palavras é possível mudar a visão de algo ou de alguém.

Nesse sentido o Poder que o Estado utilizou-se para idealizar o desenvolvimento do Estado, estava na perspectiva de enaltecer a floresta e tudo que provinha dela, como exemplo temos o Governo com slogan “Florestania”, trazer um sentimento de pertencimento ao lugar que habitamos, ele foi utilizado por meios de ideologias e as estratégias continham um programa de “desenvolvimento” sustentável por meio da floresta,

2.5 SOBRE O AMBIENTALISMO E A TENTATIVA DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO “SUSTENTÁVEL” DO ESTADO DO ACRE

Inicialmente apontamos uma diferenciação dos conceitos de ambientalismo e de sustentabilidade, ambos ligados aos assuntos ambientais, mas com significados e sentidos distintos. Vejamos o primeiro significado de sustentabilidade, o conceito que, “relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras” (SUSTENTABILIDADE..., 2020).

De acordo com Santos (1997, p. 59):

Sustentabilidade implica defesa do meio ambiente para que as próximas gerações possam sobreviver e inclusive incrementar sua qualidade de vida. Sustentabilidade implica também a eliminação da pobreza e das terríveis desigualdades entre as classes sociais, os povos e as regiões do globo para assegurar um desenvolvimento para todos. Sustentabilidade implica, além disso, o desenvolvimento de padrões de conduta, relações sociais e institucionais, de poder e governabilidade mundiais que respeitem as diferenças étnicas, culturais e civilizacionais, procurando incorporar numa civilização planetária os aportes de todos os povos a uma convivência planetária pacífica, aprazível e feliz, com respeito às diferenças.

Portanto, o termo sustentabilidade está voltado para a qualidade de vida das gerações futuras, sem deixar de lado questões voltadas para as desigualdades sociais e melhoramento dos padrões de vida.

Já o conceito de ambientalismo caracteriza-se como um “movimento que defende à preservação e à conservação do meio ambiente, daquilo que envolve os seres humanos e os demais seres vivos” (AMBIENTALISMO..., 2020). Como observado os dois verbetes estão relacionados com as questões ambientais, mas possuem significados distintos.

O conceito de ambientalismo possui como marco inicial dois grandes eventos que marcam sua trajetória pelo mundo a fora, o primeiro foi a “Conferência da Bioesfera, ocorrida em Paris, em 1968; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972” (CAMELY, 2018, p. 64). A partir dessas conferências as questões ambientais entram como pauta principal nos assuntos econômicos e políticos dos países desenvolvidos.

“Da Conferência de Estocolmo, resultou a Declaração sobre o Homem e o Meio Ambiente, que continha 26 princípios e um Plano de Ação para o Homem e o Meio Ambiente e criava o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)” (CAMELY, 2018, p. 65). Foi a partir dessa conferência e do documento que se iniciava as novas estratégias ambientais mundiais e principalmente para a Amazônia, visto que esta possui grande

biodiversidade dentro do território brasileiro.

Segundo a Declaração de Estocolmo, os países subdesenvolvidos são os principais causadores de poluição e degradação da biodiversidade de seus respectivos países:

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico (BIBLIOTECA, 2021, p. 01).

Como expresso acima, os países subdesenvolvidos são os principais causadores das mazelas que aflige a humanidade, segundo “[...] os organismos da própria ONU, parece haver uma completa desconsideração sobre a realidade dos países alvo da política de preservação ambiental [...]” (CAMELY, 2018, p. 66). Nesse contexto, surge os organismos voltados para a preservação do meio ambiente, mas essa “[...] política de preservação ambiental aliadas ao desenvolvimento sustentável, irão na realidade se desdobrar em políticas que terão como foco a conservação ambiental, em detrimento do desenvolvimento [...]”(CAMELY, 2018, p. 66).

Portanto, o termo ambientalismo já surge como estratégia dos organismos internacionais juntamente com o Estado para a organização e ordenamento do espaço, e foi nesse sentido que a partir de 1999 com o ingresso da Frente Popular do Acre (FPA) no poder estadual, o Governador Jorge Viana implanta uma “nova gestão” voltada para as questões ambientais em conjunto com os organismos internacionais, como ONGs e o mercado.

Uma das principais propostas de política que o Governo passou a desenvolver após a posse, como auxílio do *slogan* “governo da floresta”, sustentava-se, exatamente, na exploração racional do ativo que eles diziam ser a nossa “única vantagem comparativa”: a floresta. Recursos madeireiros e não madeireiros (CASTELO, 2014, p. 24).

Com Viana no poder, o desenvolvimento no Acre é adjetivado: “desenvolvimento sustentável”. Na visão de Souza (2021, p. 08), analisando em texto recente todo o período de governo (1999-2018), concluiu que não passou de um “[...] experimento econômico – social de caráter colonialista, voltado para a mercadificação, gestão e exploração de bens naturais e, por conseguinte, para o domínio dos territórios.

Segundo este autor, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável no Estado do Acre foi:

Marcada por interesses específicos de setores das oligarquias locais ao longo de seus governos (1999-2018), a dimensão ideológica do desenvolvimento sustentável esteve calcada numa prentensa harmonização entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental, valorização da identidade e da história acreana, respeito aos direitos territoriais e aos saberes e fazeres dos “povos da floresta”. Para sermos mais claros: aqui a dimensão ideológica do desenvolvimento sustentável ganhou a forma daquele complexo ideológico conhecido por nós como “florestania”, servindo de eixo propangandístico da FPA por anos e ganhando expressão material em obras como Praça Povos da Floresta, Biblioteca da Floresta, Arena da Floresta, Via Chico Mendes, Via Verde, Oca, etc. (SOUZA, 2021, p. 10)

O fato é que com a posse do novo governador, entram em vigor vários agentes modernizadores na implantação de um “novo modelo” que, de forma virtuosa, faria a união entre as agendas ambiental, social e econômica. A saída para o Acre se desenvolver estaria, a partir do novo discurso estabelecido, no aproveitamento da única vantagem comparativa que o Estado possuía: a floresta” (CASTELO, 2014, p. 24). A nova proposta tinha também como objetivo recuperar a capacidade de planejamento do Estado e encontrar uma saída para o desenvolvimento baseado na exploração inteligente da vantagem comparativa floresta. Observa-se que a industrialização aparecia no discurso, mas com intensidade pequena e focada nos recursos madereiros e não madereiros. Após experiências sem sucesso com a exploração de recursos florestais não madereiros, o foco centrou-se no manejo de madeira, inclusive em áreas protegidas, com resultados bastante questionáveis (sobre isso ver mais em Castelo, 2014).

Em 2007, Binho Marques (2007 – 2011) assume a governança no Estado, “com ele o discurso da “florestania” parece perder força. Mas a atividade econômica de maior representatividade do dito “modelo de desenvolvimento sustentável” continuou sendo bastante incentivada: o manejo “sustentado” de madeira” (CASTELO, 2014, p. 25).

A “Florestania” perde força, mas o governo continua apontando que a saída estaria na vantagem comparativa da floresta. Quando perceberam que somente explorando a floresta poderia não ser suficiente, começaram a falar em industrialização com mais intensidade. Passou a ser comum falas no sentido de “atrair empresas para o Estado”, entre outros mecanismos de desenvolvimento. A ZPE do Acre surge exatamente nesse contexto.

Em 2011 assume como novo governador Tião Viana, irmão de Jorge Viana, “nas falas do novo Governador era comum escutar que o “Estado estava se modernizando”, que havia sido “preparado para crescer” e que, a partir de então, a “indústria deveria também ser o foco” (CASTELO, 2014, p. 26). Portanto, na nova gestão de Tião Viana observa-se uma mudança clara na estratégia de desenvolvimento. Passava-se a apontar que “teria chegado a vez da indústria”. O discurso agora informava que o Estado havia se preparado para crescer com as

gestões anteriores e que, a partir de então, a industrialização seria muito importante para o desenvolvimento. Foi assim que o Governo passou a investir fortemente em empresas (Dom Porquito, Peixes da Amazônia, entre outros) e planejar a implementação de uma ZPE visando atrair indústrias para exportarem ao mercado andino, principalmente.

Nesse sentido entender o conceito de ambientalismo de acordo com a gestão de cada governador e sua equipe, nos leva a entender que aquele de certa forma foi bem sustentado, visto que na visão de cada gestão a ideia seria a utilização da floresta de forma consciente, a grande questão estava na coleta das matérias primas oriundas da floresta, visto que essa disponibiliza de maneira escassa ou por períodos de acordo com a estação os materiais tidos como importantes para a economia, portanto a utilização da floresta para abastecer o mercado tanto interno como nacional não teria vabilidade.

2.6 A ZPE/AC NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Nos parágrafos a seguir abre-se um parentese para destacar o significado e a importância das crises estruturais do capital, na medida em que foi durante o Governo Tião Viana que aconteceu o alfandegamento da Zona de Processamento de Exportações – ZPE, em 2010, exatamente no período que o Brasil e o Acre começavam a sofre os rebates da crise iniciada em 2007/2008.

Parece não restar dúvida que o sistema capitalista encontra-se, novamente, em grave crise estrutural. Significando que o padrão de valorização do capital está em perigo (MARX, 1985). Em vários tempos históricos, crises estruturais sistêmicas aconteceram, sempre colocando o capital em xeque. Entretanto, nunca em xeque mate.

Uma crise importante, que abalou as estruturas do capitalismo, foi a de 1929. Mas o capital conseguiu sair dela. E quando saiu, se reinventando com o “auxílio luxuoso” do Estado e embalado pela teoria keynesiana, o sistema entrou em um ciclo de expressiva expansão. Prosperidade que durou até os anos finais da década de 1960 e início dos anos de 1970 do século 20 quando, novamente, outra crise estrutural ameaçou o padrão de valorização do capital. A crise dos anos finais de 1960 e início dos 70 travou o ritmo de crescimento dos “países centrais” e estendeu-se para os países “dependentes”, provocando transformações importantes relacionadas à lógica de acumulação.

Como se pode notar, o sistema capitalista é cíclico e vive de crises. Nas palavras de Alencar Jr (2021, p. 266), “a crise econômica como sendo o resultado do funcionamento

histórico da lei geral da queda tendencial da taxa de lucro, é, portanto, orgânica ao sistema capitalista, e necessária para a produção e reprodução do capital”.

As dificuldades enfrentadas para o capital se reproduzir com o advento da crise dos anos finais de 1960, impulsionaram fortes pressões dos capitalistas para que governos e organismos internacionais buscassem alternativas visando minimizar os problemas. Surgiram desse processo as estratégias principais da “reestruturação neoliberal” e a intensificação da “globalização da produção”, que provocaram modificações profundas na dinâmica de acumulação levando o capitalismo a outro período de relativa expansão.

Sobre o “neoliberalismo”, pode-se sumarizar no conjunto de medidas de ajustes macroeconômicas apresentados em 1989 em uma famosa reunião na cidade de Washington, nos EUA. Reunião que ficou conhecida como “Consenso de Washington”. “Receituário” que se tornaria a política oficial do Fundo Monetário Internacional – FMI a partir dos anos de 1990.

Os processos de intensificação da “globalização da produção” relacionaram-se com movimentos de relocalização de instalações/plantas para países com baixos salários e, ainda, transformações radicais nos sistemas produtivos (automação, *just time*, etc.). A adoção de novas tecnologias e a busca por redução nos custos, visando maior rentabilidade, tornaram-se obsessão nesse período.

Mudanças no “mundo do trabalho” também foram intensas. Verificaram-se processos de terceirização, mudanças nas relações de assalariamento, e, principalmente, intensificação da precarização das relações de trabalho com crescimentos da informalidade. Principalmente nos países capitalistas dependentes, cujos capitais instalados precisavam compensar parte do “mais valor” neles produzidos que, através de mecanismos diversos, era apropriado pelos capitais centrais. Para Alencar Jr (2021, p. 268):

Essa estratégia econômica e político-ideológica do capital aumentou a riqueza do bloco no poder e reduziu as condições de vida das classes populares; porém, não conseguiu retomar os patamares de crescimento da economia mundial, muito menos as taxas de lucratividade anteriores à crise dos anos 1970.

Embora as estratégias encontradas para a saída da crise tenham ocasionado aumentos da lucratividade do capital em curto prazo, no médio e longo mostraram-se contraproducentes, uma vez que provocavam quedas na “demanda efetiva” via redução de salários e/ou impedimentos de aumentos aos trabalhadores, via pacote de reformas impostas. Talvez por esse motivo, ou como resposta para, o capital criou uma nova lógica de acumulação: a financeirização.

Essa “nova lógica de acumulação”, baseada na financeirização, infiltrou-se em todos os setores da economia. O “capital fictício” (MARX, 1985) tornou-se preponderante, invertendo totalmente o processo de acumulação até então dominante.

O industrialismo entrou em evidente declínio, e o regime de acumulação ficou sob a dominância financeira. O “capital financeiro” superou a elite industrial, inclusive em poder e influência. Os financistas tornaram-se os “donos do mundo”. Antes, o setor financeiro funcionava como uma espécie de apoio ao setor produtivo, com a aceleração da financeirização o “rabo é que passou a abanar o cachorro” (DAWBOR, 2017).

Na nova lógica de acumulação o capital passou a não ter necessidade de existir a priori ($D - M - D'$). A existência prévia foi substituída por uma expectativa. Essa expectativa permitiria a apropriação do “mais valor” que ainda seria produzido. O futuro é antecipado. Com base nessa nova lógica de acumulação o capitalismo contemporâneo construiu diversos mecanismos financeiros que contaminaram todos os setores da economia. Nota-se que nesse novo esquema o capital fictício passou a não participar diretamente da produção da “mais valia”, somente do processo de apropriação dela.

Esse processo se intensificou até os anos de 2007/2008, quando aconteceu uma desconfiança generalizada por parte dos detentores de “capital fictício” que começaram a desconfiar que as expectativas de apropriação do “mais valor” poderiam não ser realizadas. Então, iniciaram uma busca desenfreada para tentar passar adiante as expectativas de apropriação (teoricamente falando: vender papéis podres). O resultado foi outra crise estrutural do capital. Crise que perdura até os dias de hoje.

Para Alencar Jr (2020, p. 269):

[...] a busca por altas rendas imprimida pelas classes capitalistas através da financeirização e da globalização, aliada a mecanismos de geração de ganhos fictícios, a partir de fraudes contábeis, de pagamentos de rendas reais altíssimas por resultados falseados e de desregulação, criaram uma estrutura financeira frágil e inadequada capaz de reduzir o potencial estabilizador das macropolíticas dos Estados. Essas tendências, ao se combinarem, foram determinantes para deflagrar a crise financeira em agosto de 2007 nos EUA, mas a faísca necessária para a explosão fora a expansão extraordinária do mercado hipotecário norte-americano e em seguida seu colapso, que levaram o mercado imobiliário a entrar em crise e as instituições financeiras relacionadas a quebrarem, contaminando a frágil estrutura financeira global.

Como já acontecido em outros tempos históricos pressões em cima dos governos se repetiram. E assim, na tentativa de evitar um desastre maior, os estados nacionais entraram para salvar o capital comprando os papéis podres e fazendo, com isso, explodir a dívida pública. O crescimento da dívida pública, principalmente em 2010/2011, se configurou como uma das

características importantes da crise estrutural do capital iniciada em 2007.

No caso brasileiro, antes de 2007/2008 o cenário externo se mostrava muito favorável. Isso permitiu ao país certa tranquilidade. Entretanto, depois de 2007, quando o cenário externo virou, os problemas começaram a se multiplicar aprofundando questões estruturais nunca resolvidas (desigualdade, pobreza, etc.). Foi nesse contexto de crise que ZPE do Acre foi alfandegada. Talvez o contexto de crise, onde o mundo capitalista não estava comprando, resida uma das explicações para o insucesso da ZPE analisada.

CAPÍTULO 3:

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A ZPE/AC

Nesta parte final, apresentam-se considerações sobre o conceito de ZPE; as origens desse tipo de distrito industrial incentivado na China. Apontam-se também informações sobre a origem/criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE/AC, como também se problematiza sobre os motivos para o não funcionamento da ZPE do Acre na tentativa de responder a questão central de pesquisa. Para tanto, como já informado, se fez uso de entrevistas realizadas com 04 atores envolvidos diretamente com a ZPE (considerados pessoas “chaves”), além da busca de informações secundárias disponíveis.

3.1 O SIGNIFICADO E A FINALIDADE DE UMA ZPE

Uma ZPE nada mais é do que um Distrito Industrial (DI) incentivado, onde as empresas nele localizadas gozam de tratamento diferenciado, em termos tributários, cambiais e administrativos, com a condição de exportar o equivalente a pelo menos 80% de sua renda bruta. O objetivo central é estimular o investimento industrial voltado predominantemente para as exportações, tanto de empresas nacionais (viabilizar) como estrangeiras (atrair). E, dessa forma, gerar empregos, fortalecer o balanço de pagamentos, promover o desenvolvimento regional e difundir novas tecnologias e métodos gerenciais mais modernos.

Nas palavras do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, as ZPE’s “[...] caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro” (BRASIL, 2013, p. 16).

As ZPEs possuiriam como finalidade econômica “reduzir desequilíbrios regionais, atrair investimentos estrangeiros, gerar empregos, promover o desenvolvimento econômico e social do país e, ainda, aumentar a competitividade das exportações” (BRASIL, 2013, p. 16).

Outras finalidades podem ser visualizadas de acordo com a figura a seguir:

Figura 02 – Finalidade de uma ZPE



Fonte: ZPE: Acre, 2021.

Para a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (www.abrazpe.org.br), com a implantação de uma ZPE uma região/território teria várias oportunidades, ou seja:

- Oportunidades para o governo e iniciativa privada (fomentariam o desenvolvimento, gerariam emprego, impactariam diretamente e indiretamente na arrecadação de impostos).
 - Para o usuário (empresas instaladas na ZPE): receberiam benefícios com o compromisso de exportar a maior parte de sua produção (80%).
 - Para o administrador da ZPE: seria remunerado da venda/arrendamento dos terrenos e da prestação de serviços (para os usuários).
 - Para os prestadores de serviços: às empresas instaladas em ZPE, bancos, operadores logísticos, construtoras, portos, aeroportos, cozinha industrial, transportadores, escritórios de advocacia, sistemas de controle informatizado, etc.
 - Para o proprietário do terreno: geração de renda a ser comparada com destinações alternativas para a área.
 - Outras oportunidades criadas pelas ZPEs na sua área de influência direta: construção de áreas residenciais e de outros equipamentos urbanos requeridos pela criação de empregos diretos e indiretos, que poderiam chegar a dezenas de milhares de pessoas.
- Vale ressaltar nesse último ponto que, as oportunidades de empregos formais e informais

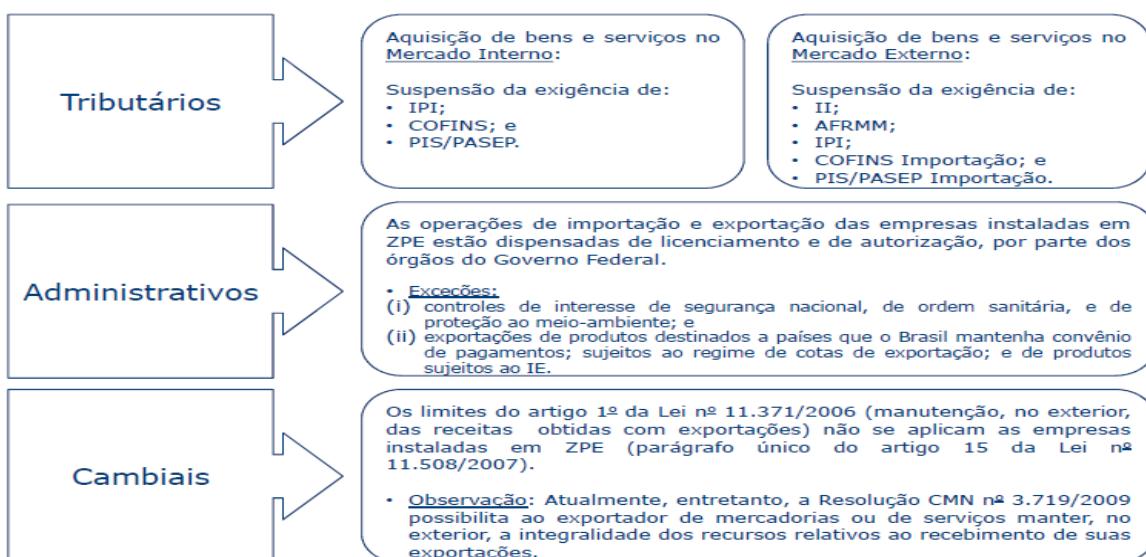
que a Zona de Processamento de Exportação traria para o município de Senador Guiomard e também para o Estado como um todo, seria de grande ajuda, visto que a atuação do comércio se fortaleceria e a economia regional deixaria de ser exclusivamente da máquina estatal.

Com respeito aos principais incentivos para as empresas em ZPE, de acordo com a busca de informações realizadas em documentos oficiais, internet e publicações da Associação Brasileira de ZPE (ABRAZPE), seriam:

- Suspensão de Imposto de Importação, IPI, AFRMM, PIS/COFINS, PIS/COFINS-Importação (inclusive sobre máquinas e equipamentos usados).
- Possível isenção do ICMS Estadual (Convênio CONFAZ 99/1998).
- Procedimentos de exportação e importação simplificados (dispensa de licenças de órgãos federais).
- Liberdade cambial (receitas de exportação podem ser mantidas 100% no exterior).
- Condições asseguradas pelo prazo de até 20 anos. Segurança jurídica e “estabilidade das regras do jogo”.
- Venda de até 20% da produção no mercado interno (pagando todos os impostos).
- Redução de 75% do IR sobre os lucros por 10 anos (SUDAM/SUDENE/CENTRO-OESTE)

A figura a seguir detalha melhor os benefícios:

Figura 03 – Detalhamento dos benefícios para empresas instaladas em ZPE



Fonte: ZPE: Acre, 2021.

A figura acima detalha os principais benefícios que o funcionamento de uma ZPE oferece para o lugar onde a mesma se instala, pois um dos principais objetivos dessa é desenvolver economicamente a região e seu entorno a fim de diminuir as desigualdades regionais existentes.

3.2 SOBRE AS DIFERENÇAS DE ZPE PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS

De acordo com Helson Cavalcante Braga, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista concedida ao “Diário do Amazonas” (2008) as empresas em ZPEs teriam acesso limitado ao mercado doméstico, podendo até ser vedado, caso o Governo resolvesse fixar em zero o percentual de internação de um particular projeto. Já na Zona Franca de Manaus, as empresas tem acesso ilimitado a esse mercado. Outra diferença é que enquanto as vendas de uma ZPE para o mercado doméstico pagariam todos os impostos e contribuições incidentes sobre importações, essas vendas são beneficiadas com isenções de tributos indiretos e redução do imposto de importação sobre os insumos importados. Portanto, um modelo não seria prejudicial ao outro, pois possuem foco em mercados distintos.

Ainda para o professor, os setores que se estabeleceriam nas ZPEs seriam distintos daqueles implantados na ZFM - eletroeletrônico e duas rodas -, basicamente voltados para o mercado doméstico. Nenhuma empresa desses setores se localizaria em uma ZPE brasileira, para exportar a partir dela. Nesse caso, elas prefeririam atender seus mercados externos a partir de plantas já existentes em países com condições mais propícias de exportação.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), portanto, não seria uma Zona de Processamento de Exportação. A ZFM é uma área de livre comércio de importação e exportação criada com o objetivo específico de promover o desenvolvimento regional – comercial, industrial e agropecuário – da Amazônia Ocidental. O incentivo é concedido a partir de benefícios fiscais às empresas interessadas em se instalar na região.

3.3 A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DE ZPE’s

De acordo com o estudo “Special Economic Zones: Performance, Lessons Learned, and Implications for Zone Development” (2008), o Banco Mundial contabilizou a existência de cerca de 2.650 zonas, instaladas em 135 países, que oferecem mais de 68 milhões de empregos diretos e geram mais de U\$ 500 bilhões de receitas cambiais líquidas (exportações menos importações).

Observa-se que as estatísticas internacionais sobre ZPE's variam enormemente, em razão das diferentes definições empregadas para o conceito genérico de Zonas Francas (há cerca de duas dezenas de definições utilizadas pelos diversos países). Mas do total de ZPE's no mundo em 2008, cerca de 350 estavam localizadas nos países desenvolvidos e 2.300, nos países em desenvolvimento. No 1º grupo, o maior número de ZPE's estava nos Estados Unidos, que possuíam 266 “foreign trade zones” (como são chamadas as suas ZPE's). O Japão aparecia em segundo lugar, com 22 “foreign access zones”, que são mais direcionadas para adaptação de produtos estrangeiros para venda no mercado doméstico daquele país. Mas haviam unidades também no Reino Unido, Dinamarca, Austrália, Alemanha, Espanha, entre outros.

Ainda segundo o estudo “Special Economic Zones: Performance, Lessons Learned, and Implications for Zone Development”, de 2008, no bloco dos países em desenvolvimento, a Região da Ásia-Pacífico tinha o maior número de ZPE's: 991 (os países que mais as utilizavam eram a China com 187 e o Vietnã com 186). Em seguida, aparecia as Américas, com 540 (266 nos EUA); o Oriente Médio e Norte da África (com 213) e a África Subsaariana, com 114.

As primeiras ZPE's criadas nos países em desenvolvimento, principalmente na Ásia, foram implantadas e administradas pelo Setor Público. Hoje, porém, mais de 60% das ZPE's existentes têm gestão privada e a tendência é no sentido de aumento dessa proporção, tanto porque costumam sair mais baratas, como por gerarem resultados econômicos mais significativos.

Evidentemente, nem todas as ZPE's no mundo foram exemplos de sucesso. Algumas falharam ou tiveram desempenho pouco expressivo. O Banco Mundial sugere que os principais fatores determinantes do sucesso de uma ZPE estão associados à escolha do local onde estão instaladas (principalmente à infraestrutura disponível) e à qualidade da sua gestão (que fica facilitada com a administração privada). Recomenda que as ZPE's sejam do tipo distrito industrial cercado; que se permitam a instalação tanto de empresas industriais como comerciais; e que a gestão seja privada, e não pública.

3.4 CHINA E BRASIL

A China pode ser considerada exemplo internacional de utilização da estratégia das Zonas de Processamento de Exportações como alavanca para fomentar o desenvolvimento regional. De acordo com Ribeiro (*et al.*, 2021, p. 05), o aproveitamento de áreas costeiras pelos chineses possibilitou o desenvolvimento regional daquele país e o aumento da disponibilidade de mão de obra especializada, atraída pelas oportunidades advindas das ZPEs.

A presença de fatores de produção e de políticas favoráveis permitiu que países como a China experimentassem elevados níveis de crescimento, em especial a partir da década de 70, com a instalação da ZPE em Shenzhen, uma das maiores e mais importantes cidades da China, localizada no sul do país, ao norte de Hong Kong, na província de Guangdong (YEUNG; LEE; KEE, 2009).

No Brasil, a Zona de Processamento de Exportações de Pecém, localizado no município de São Gonçalo do Amarante/Ceará, pode ser considerada a referência nacional nesse tipo de estratégia de desenvolvimento. De acordo com as informações da administradora da ZPE/CE, a mesma possui:

O intuito de desenvolver a economia local, regional e nacional movimentando materiais siderúrgicos, fertilizantes, granel e contêineres. O plano diretor divide a região em quatro setores. O primeiro é destinado às termelétricas e à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP); o segundo, à refinaria e pólo petroquímico; o terceiro, à área industrial e o quarto, é da área institucional, serviços e ZPE. Grandes e estratégicos empreendimentos para o Ceará estão instalados na região. Atualmente, o Complexo congrega 30 empresas. Em operação já são 22 e as demais em fase de implantação. Juntas totalizam investimentos na ordem de R\$ 28,5 bilhões, gerando 50,8 mil empregos diretos e indiretos (COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO PECÉM, 2021).

O complexo da ZPE/CE foi pensado estrategicamente para cumprir com a função de desenvolver a região e a economia local. No Ceará, a ZPE é uma empresa de economia mista, portanto possui investidores que garantem o funcionamento da mesma. Nesse ponto destaca-se uma diferença fundamental com relação à Zona de Processamento de Exportação alfandegada no Acre, as fontes consultadas deixaram claro que apenas o Estado era o realizador dos investimentos.

A viabilidade econômica de uma ZPE no pensamento do Governo Federal, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, era do Brasil se fazer presente no mercado internacional como concorrente de outros países. Foram criadas nesse Governo mais de 12 ZPEs de acordo com a Lei nº 11.508/2007. Como já existiam algumas, contabilizou-se 22 ZPEs ao total, sendo que apenas duas conseguiram o alfandegamento: a ZPE do Acre e a ZPE do Pecém – Ceará. Segundo Ribeiro (*et al.*, 2021, p. 05):

No Brasil, segundo o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Brasil, 2019) há 25 ZPEs autorizadas, distribuídas por 20 estados, sendo 12 instituídas até 1994, por meio do Decreto-Lei nº 2.452/88, e as demais após a Lei nº 11.508/2007 (Brasil, 1988 e 2007). Desses, apenas a unidade localizada em PECÉM-CE encontra-se em efetiva operação (Abrazpe, 2018). Exceção feita à ZPE do Acre, em condições mais adiantadas, as demais autorizadas ainda desenvolvem projetos que sequer concluíram a etapa de entrega da infraestrutura necessária, ou seja, não apresentaram, até o presente momento, condições suficientes para dar prosseguimento ao processo de implementação (Brasil, 2019).

Abaixo segue uma figura com a distribuição das Zonas de Processamento de Exportação que o Ministério da Economia disponibiliza em seu site para fins de localização e datas de instalação das mesmas.

Figura 04 – Principais Zonas de Exportação do Brasil



Fonte: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/zpe>. Acesso em 08 fev. 2022.

A figura descreve algumas informações, a primeira diz respeito das localizações de cada ZPE; segundo sobre o processo de criação das mesmas, pois algumas tiveram seu processo de instalação até o ano de 1994 e as outras foram criadas através da Lei nº11.508/2007, onde o Governo Federal pode iniciar o processo de instalação da ZPE em áreas menos desenvolvidas economicamente.

3.5 A ZPE DO ACRE

O esforço para a implantação da Zona de Processamento de Exportação do Acre foi concretizado através de parcerias formadas pelo Governo do Estado, Empresários, Parlamentares e com o apoio da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de

Exportação – ABRAZPE. No início, foi formado um Grupo de Trabalho – GT, coordenado pelo Governo do Estado e pela FIEAC, com a missão de elaborar o Projeto a ser apresentado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Durante os trabalhos de elaboração do projeto, os empresários acreanos com o apoio SEBRAE/AC, organizaram uma Missão para a China, com o objetivo de prospecção de mercados e conhecer o modelo de ZPE em funcionamento naquele país. A Missão contou com a participação de aproximadamente 75 pessoas, entre elas autoridades do Governo do Estado, Parlamentares e empresários dos mais diversos setores. De acordo com o Presidente da FIEAC na época, João Francisco Salomão, “a experiência foi avaliada pelo Grupo de Trabalho – GT de forma positiva, que ao mesmo tempo concluía o Projeto ZPE/AC a ser apresentado ao MDIC”.

O Projeto da ZPE/AC foi construído e protocolado no MDIC no dia 16 de junho de 2010. Após tramitação legal, no dia 28 de junho de 2010, o mesmo foi aprovado pelo Conselho das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE (Resolução Nº 9 de 28/06/2010, publicada no DOU nº 122 de 29/06/2010) e indicado para assinatura do Decreto Presidencial. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto de 30 de julho de 2010 que foi publicado no Diário Oficial da União no dia 01 de julho de 2010 (DOU Nº124 Página 15), criando assim a ZPE/AC.

Acreditava-se naquele momento que a ZPE mudaria o cenário econômico e social do Acre, transformando suas potencialidades regionais, seus recursos florestais, em oportunidades de negócios, investindo em produtos diferenciados, com alto valor agregado e ampliando escala, de forma que apresentem vantagens comparativas, em relação a outras regiões, e que seriam competitivos no mercado mundial.

Pensava-se que a ZPE do Acre desempenharia uma função estratégica fundamental no processo de desenvolvimento do Estado, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo (lançada em maio/2008), contemplando 5 (cinco) dos seus 6 (seis) destaques estratégicos: i) exportações (ampliação e diversificação); ii) regionalização (nova distribuição geográfica da indústria); iii) micro e pequenas empresas (capacitação para o mercado externo e geração de postos de trabalho); iv) integração produtiva com a América Latina e Caribe (articulação com as cadeias produtivas nas áreas fronteiriças da Amazônia); e v) produção sustentável (manejo de uso múltiplo dos recursos florestais, agroflorestais, certificação e preservação do meio ambiente).

A criação de uma área com esses benefícios naquele momento, além de utilizar o potencial econômico do Estado, também ajudaria na geração de emprego e renda, bem como

inseriria o Acre no mercado internacional. Era isso que o Governo pensava de acordo com os relatos coletados.

A ideia era aparentemente simples: criaria-se a ZPE/AC para aproveitar as matérias primas disponíveis na região (notadamente da floresta), processaria essas matérias primas e exportaria os produtos industrializados utilizando a “Estrada do Pacífico”.

Figura 05 – Potencialidade da ZPE/AC



Fonte: ZPE:Acre, 2021.

O aproveitamento dos recursos oriundos da floresta, a localização estratégica do Estado com relação aos principais portos do Peru, entre outros motivos, foram largamente utilizados como justificativa pelo Governo local, e parcela significativa do empresariado do Acre, como motivação para transformar o “Porto Seco” que estava em construção em uma ZPE. É o que pode se verificar de acordo com as evidências coletadas nas entrevistas.

Observa-se que a inexistência de um "Porto Seco"/EADI no território acreano, para facilitar o desembaraço aduaneiro, era uma demanda antiga do empresariado acreano. “Porto Seco” ou Estação Aduaneira do Interior (EADI), nada mais é do que uma área alfandegada de uso público localizada em uma zona secundária. Ou seja, fora dos portos principais e próxima de regiões com grande volume de produtos a serem comercializados, tanto para importação de mercadorias como exportação. Nesse local, segundo a literatura especializada, é possível realizar todos os serviços aduaneiros. As cargas vindas de outros países, por exemplo, podem ser recebidas e nacionalizadas. O local também pode armazenar a mercadoria do importador, em regime de suspensão de impostos, e fazer a nacionalização por partes.

Figura 06 – Rotas de Exportação



Fonte: ZPE: Acre, 2021.

Deve-se notar que o Governo do Acre, nas gestões de Jorge Viana (1999-2006) por vários momentos sinalizou intenções claras de implantar um “Porto Seco” no território acreano. Mas foi o governador Binho Marque, atendendo reivindicações do empresariado, que decidiu a iniciar a construção das instalações de um “Porto Seco” no município de Senador Guiomard, entretanto, antes mesmo da obra ser finalizada, o projeto foi alterado para Zona de Processamento de Exportações - ZPE.

A pesquisa não conseguiu descobrir as motivações do Governo para a mudança no projeto, mesmo assim, conversas informais com assessores do Governo da época e com membros do GT que participaram da elaboração do estudo de viabilidade inicial da ZPE indicaram que parte dos técnicos tinham entendimento diferente do que foi realizado. Ou seja, defendiam a manutenção da instalação de um “Porto Seco”. Dessa forma, pode-se inferir que a decisão foi política e não técnica. A persuasão/influência do consultor chefe que assessorou o Grupo de Trabalho - GT inicial junto ao Governo, um professor aposentado da UFRJ que implementava ZPE’s em todo o Brasil, também deve ser considerada como fator explicativo para a mudança na ideia original.

De acordo com a publicação “ZPE: Acre” (2021) e Aravena Acuña (2019), no período entre 2011 e 2016 foram aprovados cinco projetos pela Administradora da ZPE/AC e pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), os quais, não

chegaram a ser concretizados devido a diferentes falhas de planejamento, gestão e disponibilidade de recursos monetários. Abaixo se listam algmas das iniciativas de projetos, de acordo com o observado na pesquisa documental realizada:

- **Anawá Indústria de Alimentos:**

Produtos: - Açúcar cristal e refinados embalados em sacos alumizados de 01 kg
- Oléo comestível de soja, envazado em garrafa PET de 900 e 200 ml

Investimento inicial previsto: **R\$ 19.139.620,18**

- **Acre Parquet indústria e Comércio de Importação e Exportação LTDA**

Produtos: Pequenos artefatos de madeira, móveis para jardim e pisos de madeira dura
Investimento inicial previsto: **R\$ 4.286.412,45**

- **Superfruits Global Acre – Importação e Exportação Ltda.**

Produtos: Açaí em pó embalado a vácuo em saco flexível de 5 kg
Investimento inicial: **R\$ 4.003.727,13**

Essas empresas que tinham o seu projeto de construção aceito junto ao Ministério da Economia, eram compostos em grande parte por brasileiros (acreanos) juntamente com sócios estrangeiros que tinha interesse no comércio de exportação.

No período de realização da pesquisa (2020/2021) o empreendimento se encontrava desativado. As estruturas físicas se encontravam completamente abandonadas e com problemas elétricos, hidráulicos, de cobertura e 1000 metros de cerca destruída o que permitia a entrada de animais bovinos que acabaram por deixar o ambiente em um estado deplorável.

Figura 07 – Vista lateral da ZPE/AC em 2020



Fonte: FIEAC.

Observa-se que a estrutura da Zona de Processamento de Exportação do Acre foi construída no município de Senador Guiomard, possui uma área de 130 hectares, exclusivamente pertencente ao Estado do Acre. De acordo com Aravena Acuña (2019):

Os recursos públicos aplicados no investimento, corrigidos e descontados pela inflação monetária e pela correção cambial para o mês de abril de 2019, nos períodos estimados correspondem a R\$ 54.269.585,00. Os valores foram calculados sem ter o conhecimento certo das condições dos empréstimos contraídos do BNDES. Foram utilizadas as informações verbais de funcionários públicos gestores e as taxas de juros obtidas nos relatórios anuais da instituição financiadora

A figura a seguir demonstra os reais investimentos no projeto de instalação da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Acre, onde verificaremos que foram gastos de grande milhões e que até o presente momento do término de estudo desse trabalho, ainda não encontrou-se uma solução para a ZPE/AC.

Figura 08 – Investimento público realizado. Valores atualizados e descontados ao mês de abril de 2019

Investimento	Valor R\$
Principal empréstimo	16.794.468
Juros empréstimo	14.145.519
Correção cambial s/principal	2.929.903
Correção cambial s/juros	1.806.395
Total	35.676.285
Recursos próprios	11.000.000
Correção monetária recursos próprios	7.593.300
Total	18.593.300
TOTAL INVESTIMENTO PÚBLICO (março/2019)	54.269.585

Fonte: Aravena Acuña (2019)

Portanto, uma obra dessa magnitude com investimentos elevados, seguir sem cumprir sua finalidade, gera certo desconforto. Isto não só para a atual gestão, mas para toda a população que via nesse empreendimento novas chances e oportunidades de melhores condições de vida digna, pois na situação que vivenciamos atual, depender apenas do Estado como mantenedor principal, não agrega a todos que necessitam.

Vale ressaltar que a estrutura física e alfandegaria foram disponibilizados pelo Estado para as empresas que tivesse interesse em se instalar no parque industrial da ZPE estava disponível, mas a crise mundial de 2008 que afetou todo o mercado internacional, chegou até

nós, de forma que os bancos não estavam dispostos a financiar empreendimentos que ainda demorariam para gerar renda, e nesse caso o mercado de exportações estava fechado para negócio devido a crise, esse foi um dos principais motivos para a falta de interesse das empresas.

Figura 09 – Vista aérea da ZPE/AC



Fonte: FIEAC

As figuras 09 e 10 mostram a área que compreende o Parque Industrial da Zona de Processamento de Exportação e sua infraestrutura.

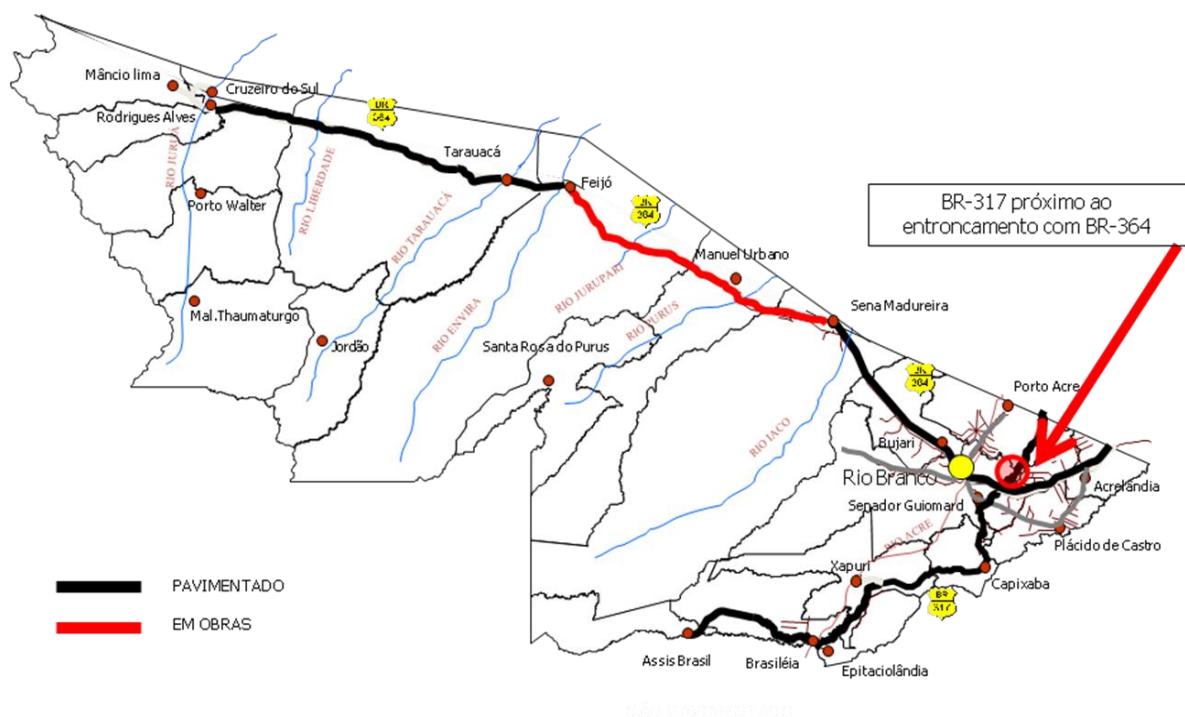
Figura 10– Vista aérea da ZPE/AC



Fonte: FIEAC.

Atualmente a infraestrutura da ZPE/AC encontra-se em abandono, pois apenas podemos encontrar nas dependências guardas vigilantes que fazem a segurança do local, visto que não há empresas instaladas na área, a deterioração do patrimônio público é bem evidente naquela localidade, nos últimos meses o atual governo composto por Gladson Cameli, ofertou a venda da ZPE, pois na sua visão a mesma não estava cumprindo com seu papel social e ainda estava gerando despesas para as contas públicas, o intuito seria que outra gestora fizesse o papel de geração de renda e emprego com a instalação de indústrias no local.

Figura 11 – Mapa de localização da ZPE/AC



Fonte: FIEAC.

Temos o mapa do Estado do Acre, com a localização da Zona de Processamento de Exportação e seus principais eixos e rotas de exportação que seria utilizada pelas empresas para fazer o escoamento de seus produtos dentro do Estado do Acre, e também seria utilizada a estrada do Pacífico e os porto do Peru para se chegar ao mercado comprador do produtos comercialiados. As estradas que seriam utilizadas possuem poucos trechos sem asfaltamento, mas isso não dificultaria no transporte das cargas, visto que seria utilizado mas a estrada transoceânica.

3.6 A ZPE NAS FALAS (“falas silenciadas”) DOS AGENTES PROMOTORES

Por se tratar de um tema sensível, pois envolve muitas pessoas que fizeram e fazem parte de altos cargos públicos no Estado do Acre, algumas dessas pessoas quando solicitado a fala sobre os principais motivos que a ZPE não teve efetividade, houve-se um silenciamento.

Uma hipótese levanta para esse silenciamento, seria não ter que aceitar que o fracasso se deve sob sua gestão, falo das pessoas “chave” que nos primeiros esforços de possíveis pessoas para entrevistar estariam: Jorge Viana, Arnóbio Marques (Binho) e Tião Viana, entre outras figuras que seria interessante ouvi-las.

De certa forma esses atores sociais iriam nos esclarecer o que de fato ocorreu para o fracasso da Zona de Processamento de Exportação, pois era uma obra de grande envergadura para colocar o Estado em rota de exportação e assim desafogar o Estado com as receitas públicas, nesse sentido na visão da autora, ninguém quer ser o culpado por fracasso de nada ou de alguém, pois assumir a culpa por algo tão dispendioso e que até hoje custa tão caro aos cofres do Governo do Estado do Acre.

Outro fator importante analisado no silenciamento, estaria no fato que a ZPE foi um projeto precipitado tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo Estadual, visto que os primeiros estudos realizados levariam a criação de um Porto Seco, onde seria feito os ritos aduaneiros necessários para o transporte de mercadorias, mas a mudança repentina para ZPE sem um estudo a longo prazo, pois estamos falando de empresas, onde essas primeiro investem seus capitais para depois terem direito as receitas. Pois uma ZPE é um investimento de longo prazo, entender que os lucros virão no decorrer de meses, talvez essa questão foi deixada de lado, pois a expectativa no momento era maior.

Acredito que o silenciamento ocorreu por outros motivos mas principalmente pelo de não ter que ser o culpado por algo, principalmente por algo que até hoje é motivo de debates e discussões.

3.7 PRINCIPAIS MOTIVOS PARA O NÃO FUNCIONAMENTO DA ZPE/AC

A partir desse ponto, busca-se apresentar as descobertas relacionadas diretamente com a questão de pesquisa formulada.

Na visão do Diretor da AZPE/AC (administradora da ZPE/AC) Marcos Moraes, um dos motivos que levou a mesma a não ter entrado em operação foi o fato de apenas o Governo Estadual ser o gestor e único donatário. Para ele, uma ZPE “não pode apenas contar com os

recursos oriundos do Estado. A participação de outros sócios seria importante, na medida em que também fariam os investimentos necessários para a atração de empresas dispostas a se instalarem no local”. Para esse entrevistado, deveriam (o Governo) ter atraído uma grande empresa âncora como mesmo observou no Ceará.

Sobre a afirmação acima, vale destacar que em Pecém/CE (um dos casos de sucesso de ZPE no Brasil), o processo foi diferente do que acontece no Acre. No Ceará, a ZPE se constituiu como uma empresa de economia mista, onde o Estado é o sócio majoritário, mas a gestão é feita com outros sócios (proprietários de empresas âncoras). Além disso, no Pecém, a ZPE está ao lado do Porto, o que facilita muito o processo segundo o entrevistado.

As fontes consultadas indicaram que a ZPE/AC, apesar de ter empresas/projetos/empresários dispostos a realizarem investimentos no local, os mesmos se depararam com problemas para viabilizar financiamentos nas instituições de crédito. Isso parece ter sido decisivo para a não implantação dos projetos inicialmente aprovados pela AZPE/AC. Isso foi taxativamente destacado por Marcos Moraes, atual diretor da ZPE/AC. A julgar pelo período que nos encontrávamos na época (2010/2011), onde se tinha a crise econômica instalada no mercado mundial, os bancos dificilmente iriam arriscar empréstimos de valores altos para empresas que iriam operar com o mercado externo. Destaca-se que a crise mundial do capital iniciada em 2007/2008, problematizada na primeira parte do trabalho, já apresentava seus rebates no Brasil à época.

Segundo Marcos Moraes, o projeto que mais avançou foi o de um grupo que pretendia trabalhar com açaí. “O projeto foi aprovado pela AZPE/AC e por Brasília. Inclusive, o terreno foi disponibilizado para a empresa, mas o financiamento, que seria feito através do Banco da Amazônia (FNO) demorou demais devido às questões de burocracia. Demorou tanto que o grupo desistiu e implantou a unidade na Bolívia”.

Na visão do ex-presidente da FIEAC Francisco Salomão, que até hoje ocupa o cargo de Presidente do Conselho da ZPE/AC, o maior problema foi a falta de visão empresarial do Governo Tião Viana. Para esse entrevistado, a ZPE/AC, como acontece em vários locais pelo mundo que o mesmo diz que visitou (como a Colômbia⁴), deveria “ser gerida totalmente por empresários. Mas não foi o que aconteceu no Acre”. Outro aspecto que Salomão considera relevante foi a mudança de Governo. Segundo informou, com a posse de Tião Viana, que sucedeu Binho Marques, aconteceu um reformulação na estrutura de cargos. “O governo criou uma estrutura de cargos políticos e colocou pessoas totalmente despreparadas, que não

⁴ Na Colômbia , a ZPE de Cartagena funciona com pequenas empresas e cooperativas.

conheciam de ZPE, e ganhando altos salários”.

Segundo Salomão, mesmo com esse problema de pessoas despreparadas na gestão da ZPE/AC, a mesma seria viabilizada por investimentos que um empresário do Acre estava disposto a fazer. Esse empresário era Roberto Moura (grupo RECOL), que planejava implantar três empresas no local para “ensacar café e processar óleo de soja”, com o objetivo de exportar para o Peru. Mas o empresário faleceu e a família desistiu do negócio.

Salomão também afirmou que a FIEAC, entidade que presidia, planejava fazer uma mobilização junto à FIESP no sentido de convencer empresas de São Paulo e relocalizarem plantas no Acre. Empresas que já exportavam para o Peru e, provavelmente, aceitariam transferir suas plantas para o Acre, devido os ganhos que obteriam com a incuração das distâncias. Entretanto, o entrevistado disse que “saiu da Presidência da FIEAC antes de realizar a mobilização e o Presidente que o sucedeu não levou a diante a iniciativa”.

Esse empresário destacou que tem certeza que a ZPE/AC é viável, ainda hoje, mas o problema reside no fato do “Governo não abrir mão dos cargos políticos na sua estrutura”. Inclusive o Governo atual (referiu-se a Gladson Cameli).

A busca de informações realizadas e as respostas dos entrevistados sugerem que algumas limitações existentes no Acre puderam, de alguma maneira, terem provocado desistímulos em empresários a investirem na ZPE/AC. Uma das limitações relaciona-se com a baixa capacidade de investimentos em P&D no Estado. Outro aspecto possui relação com a inexistência de mão-de-obra qualificada e recursos humanos especializados (os entrevistados empresários ressaltaram esse ponto).

Os entraves burocráticos existentes no período de alfandegamento para efetivação do comércio Brasil/Peru/Bolívia/Chile é outra questão que pode e deve ser considerada. Principalmente a baixa quantidade e qualidade de serviços e recursos humanos em postos fronteiriços de controle. Deve-se salientar que esses gargalos existem até hoje.

No setor florestal, que no momento do alfandegamento da ZPE era considerado base forte do desenvolvimento acreano, existiam entraves para a expansão da produção, ou seja, baixa profissionalização dos produtores; limitações tecnológicas; dependência de recursos públicos; baixa capacidade de investimentos; insuficiência de mão-de-obra qualificada e de incentivos e dificuldade de acesso a terra. Além dessas limitações estruturais e conjunturais, faltava ao produtor acreano uma visão empresarial sobre o negócio agrícola e florestal, principalmente da parte de pequenos e médios produtores é o que pode ser inferido das fontes.

O entrevistado José Adriano da Silva informou que existia uma espécie de euforia entre o empresariado do Acre quando a proposta de ZPE apareceu. “Muitos estavam empolgados e

animados com a esperança de transformar o Acre em um corredor de exportações para o Pacífico”. Isso se dava, na visão do entrevistado, devido a construção da “Estrada do Pacífico”⁵, das hidroelétricas do rio madeira, e do apoio do Governo Federal (Lula) que pensava estrategicamente a região. Para Adriano, os empresários locais “encheram na ZPE uma grande oportunidade para alavancar negócios”.

Mas a demora na autorização para o Acre iniciar os trabalhos de construção da ZPE fez com que a “ficha começasse a cair”, pelo menos para parte do empresariado. Para esse entrevistado, com a demora dessa autorização para o início dos trabalhos aconteceu a mudança de Governo. Jorge Viana saiu e entrou Binho Marques, que possuía “um pensamento sobre desenvolvimento completamente diferente”. Segundo Adriano, “Jorge era mais desenvolvimentista que Binho”. Para Adriano o problema todo se inicia nesse momento. Vale observar na fala do Presidente da FIEAC a existência de evidências claras que a proposta de criação de uma ZPE no Acre aparece ainda no Governo Jorge Viana e não depois, como muitos pensam até hoje, infelizmente Jorge Viana, mesmo procurado, se negou a falar.

Juntamente com a mudança de Governo, e do perfil do Governador, o setor externo brasileiro começava a ser estrangulado em função da crise mundial. A insegurança cambial ficou enorme no período, segundo Adriano. O empresariado do Acre percebeu que era prudente continuar com plantas fora da ZPE. Para Adriano, não “existia segurança alguma sobre garantias do Governo Estadual que o empresário conseguiria exportar os 80% da produção, como era exigência das normas da ZPE”. Pode-se inferir nessa fala do Presidente da FIEAC que o empresariado local esperava que o governo assumisse parte dos riscos inerentes ao próprio processo empreendedorial.

Para José Adriano, “no Acre não existia produtos com escala suficiente no momento do alfandegamento da ZPE”. Esse fato, na sua visão, contribuiu sobremaneira para a euforia acabar. Além disso, os problemas de infraestrutura aduaneira e a logística de transporte foram decisivos. Adriano parece esquecer que com a ZPE resolveria esses “problemas aduaneiros”

José Adriano destacou assertivamente que “a ZPE poderia ter dado certo sim, alavancando o comércio exterior do Acre/pelo Acre de forma a transformar o território em um corredor de exportações para toda a região”. Mas “a crise mundial que extrangulou o setor externo, a inexistência de escala em produtos potenciais, o perfil do governador menos ‘desenvolvimentista’, e a questão da obrigatoriedade de exportar 80% da produção sem garantias do Governo” explicam o porquê de o empresariado local ter perdido a euforia inicial.

⁵ O Governo brasileiro havia financiado as obras também do lado peruano.

A fala de Adriano de certa maneira explica as mudanças de estratégia na política pública com a chegada de Tião Viana ao poder. Com Tião, intensificaram-se os investimentos públicos na industrialização do Estado (Estado empreendedor), notadamente na cadeia produtiva de proteína animal (boi, peixe, porco e frango), além de tentativas mais contundentes para tentar atrair empresários de fora do Estado para a ZPE (se o empresariado local não estava disposto e estava difícil atrair empreendedores de fora, o próprio estado empreenderia).

Na visão do atual presidente da FIEAC, “hoje a ZPE não tem mais sentido. Só gera despesas para o Estado”. Para ele, o governo deveria se desfazer da estrutura ou transformar o local em algo que gerasse empregos (“pelo menos um”). Segundo relatou, “a FIEAC estuda sugerir ao Governo transformar a estrutura atual em uma usina fotovoltaica, para reduzir a conta de energia do Estado”.

Sobre a geração de despesas para o Estado, o atual Diretor da AZPE/AC Marcos Moraes destacou que o Governador estaria disposto até mesmo em doar as estruturas, desde que fosse para “um empresário sério administrar”.

Um ponto interessante na fala do Diretor da AZPE/AC Marcos Moraes, diferente do afirmado pelos empresários entrevistados (Presidente e Ex-presidente da FIEAC), é uma crença pessoal que a ZPE não era a melhor estratégia. Para ele, o Estado deveria ter implementado um “Porto Seco”. Se assim tivesse feito, acredita Moraes que as exportações e importações feitas pelo Acre, e através do Acre, estariam hoje bastante dinamizadas. Vale observar que de acordo com conversas informais com técnicos que trabalharam no primeiro Grupo de Trabalho - GT que elaborou o projeto da ZPE/AC, o “Porto Seco” teria sido mesmo a melhor alternativa naquele momento, tecnicamente falando. Moraes avaliou a decisão pela implantação de uma ZPE no lugar do “Porto Seco “como “precipitação do Governo da época”⁶.

O entrevistado Marcos Moares vê o Acre não como fim da linha, mas início. Acha que a saída para o desenvolvimento acontecer passa pelo intercâmbio com o mercado externo (citou Costa Oeste Americana e China). Só assim, acredita que poderemos nos livrar da “economia do contracheque”. É possível inferir ainda da fala de Moraes que o Acre precisa se industrializar e substituir importações (citou como exemplo o leite “Piracanjuba” que atualmente importamos).

Moraes avalia como um erro estratégico do Governo Tião Viana ter permitido a construção de grandes plantas industriais como a “Peixes da Amazônia” fora da ZPE. Foi

⁶ Quando falou isso, atribuiu ao Governo Lula e não ao Governo do Estado do Acre.

taxativo: “como é que tendo uma ZPE pronta e alfandegada, o Governo constrói uma “Acreaves e uma Dom Porquito fora dessa área? Foi um tiro no pé da gestão passada”.

Destacou também que até hoje recebe muitos investidores procurando informações sobre a ZPE. Acredita que isso se deve ao alfandegamento. Segundo Moraes, são poucos os Estados brasileiros que possuem áreas para implantação de indústrias devidamente alfandegadas. “Existem muitos aeroportos alfandegados, mas áreas como a existente no Acre são poucas”. Entretanto, ressalta que “esses empresários sempre desejam outros favorecimentos que o Governo não pode dar”.

No tempo presente, a Zona de Processamento de Exportação do Acre está sendo oferecida à venda (2021), segundo Moraes (no caso, venda da Administradora da ZPE). Inclusive, “aconteceu um leilão de venda amplamente anunciado pelo Governo do Estado na mídia que teve como proposta uma empresa Chinesa interessada, que propôs um arremate no valor de 25 milhões de reais. A empresa teria que fazer o aporte de 25% do valor, mas como não realizou esse aporte a venda foi cancelada”. Disse ainda, que existem discussões dentro do próprio Governo revendo essa ideia de vender a Administradora.

Para Mario Acuna, a ZPE “já nasceu morta”. O entrevistado afirma isso indicando que faltou planejamento no início. Segundo ele, os indicadores técnicos para o processo de tomada de decisão foram insuficientes e prevaleceu a política. Avalia que iniciativas como a ZPE devem ser pensadas como estratégias de longo prazo. “O retorno só acontece em prazos longo, e só se consolidam com tempo longo”. Exemplificou com algumas cadeias produtivas na Europa que só se consolidaram após quase um século. Destacou que a Assembleia Legislativa do Acre deveria ter produzidos leis pensando em consolidar a ZPE no longo prazo. Disse, ainda, que “o modelo político atual do Brasil não permite iniciativas de longo prazo”.

Acredita que uma ZPE poderia sim ser viável, mas desde que “... fosse bem planejada tecnicamente e tivesse amplo apoio político e logístico”. Disse que o Acre possui uma posição altamente estratégica (está cercado por mais de 30 milhões de consumidores no lado andino e por Estados importantes no lado Brasileiro) e uma ZPE poderia ser o elo entre esses consumidores. Para Mario, a ZPE/AC poderia alavancar três cadeias específicas: a da madeira, a de proteína animal (gado, porco, frango e peixes) e a de frutas. Isso traria uma grande “rotatividade para a economia”. Para esse entrevistado, a ZPE funcionaria como “uma espécie de gatilho para dinamizar a economia acreana, mas foi muito mal planejada”.

Mario Acunã foi taxativo com relação aos motivos para o insucesso: “a ZPE não estava de acordo com os melhores preceitos da economia mundial e a equipe não realizou um estudo de viabilidade econômica e financeira considerando o longo prazo”. Também fez críticas com

relação às pessoas colocadas pelo Governo para trabalharem na ZPE. Segundo Mário, “ninguém conhecia de mercado internacional”.

3.8 DO APRENDIZADO COM A ZPE: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO ACREANO

Diante de tudo que foi analisado e discutido durante a construção desse estudo, podemos elencar alguns dos principais motivos que a Zona de Processamento de Exportação não entrou em operação desde sua inauguração em 2010, entre temos como citado a crise mundial de 2008 que de certa forma estrangulou o mercado externo, com isso os bancos não disponibilizaram investimentos, visto que nunca estava vendendo e nem comprando.

Outro ponto de destaque temos, fato de apenas o Governo Estadual ser o gestor e único donatário da Zona de Processamento de Exportações, temos o exemplo da ZPE de Pecém – Ceará, onde a mesma é uma sociedade de economia mista, onde tanto o Estado como outras empresas são investidoras da área, pois essas mesmas empresas instaladas na ZPE do Ceará, servem como incentivadoras para outras empresas se sentirem seguras quanto ao investimento naquele local.

Outro ponto importante foi a mudança de Porto Seco para Zona de Processamento de Exportação, os indicadores técnicos para o processo de tomada de decisão foram insuficientes e prevaleceu as questões políticas, ou se olharmos de outro ângulo, veremos que essa mudança seria sim de grande incentivo para a região, mas por falta de sorte por assim dizer a crise mundial veio por inviabilizar tao empreendimento.

Outro fato reside na ocupação de cargos políticos por parte de pessoas que não são técnicos da estrutura administrativa da ZPE, ou seja, de pessoas que não possuem competência para gerir esse tipo de empreendimento, visto que uma ZPE é voltado para o mercado exportador, e a ocupação de cargos na administração da ZPE por pessoas que não tem esse tipo de conhecimento acaba que não agrega o valor e a finalidade que ZPE tem, a ocupação dos cargos seria apenas para preenchimento da estrutura governamental.

Portanto um problema leva a outro, pois a falta de visão empresarial com relação ao mercado exportador ainda é grande em nosso Estado, e ocupação dos cargos administrativos na ZPE não agregam na solução dos problemas que a mesma possue, pois não se tem uma visão do futuro com relação ao mercado exportador, o Estado sempre foi o provedor das receitas públicas, o comércio e indústria existentes em nossa região estão voltados para suprir apenas nossa localidade, pois a julgar pela falta de produção em larga escala de produtos regionais,

pois esses depende da floresta para a produção. Portanto entender que tipo de produto seria comercializável e se teria mercado suficiente para sempre está em venda.

A falta de entendimento de que uma ZPE deve ser pensada como uma estratégia de longo prazo também afetou de forma decisiva a sua efetividade, pois a julgar pelos vários motivos que ZPE não teve seu funcionamento, esse é o mais grave, pois as políticas de implantação de um empreendimento dessa magnitude é entender que os investimentos realizados hoje seriam colhidos no futuro, e entender também que esse tipo de empreendimento deve ser pensado como política de Estado e não política de Governo, pois os embates sempre residem nesse fato, os que estão no poder sempre pensam em ações para sua gestão e não pensam para o futuro, e fica essa guerra de gigantes onde quem perde é a própria população que fica a mercê dos políticos e suas promessas de campanhas sem fundamentos.

Diante de tudo isso, o que se poderia fazer então para solucionar o problema da Zona de Processamento do Estado do Acre, primeiro mudar o tipo de sociedade para economia mista, a fim de despertar o interesse do empresariado para a região, pois estamos na encruzilhada entre os Estado do Amazonas, Rondônia e os países do Peru e Bolívia, onde temos várias rotas de consumo e distribuição.

Outro ponto importante para se verificar seria estudar o que a nossa região oferece de importante e que poderia ser comercializado em grandes quantidades, visto que se tratando de produtos oriundos da floresta, essa possui períodos e estações para a coleta de determinados produtos, então certa época do ano certo produto não teria viabilidade econômica, então pensar que tipo de produto seria comercializáveis.

Entender que o capital vive de crise, e durante o decorrer da escrita desse estudo tivemos mais uma crise, mas essa foi na saúde mundial que teve grande relevância para o mercado, pois essa pandemia deixou o mundo parado por meses até que se encontra-se a solução, sendo através de vacinas e estudos sobre o assunto, e dessa forma a economia também teve que se reinventar, nesse caso as vendas e compras se deram através de atendimento on-line, grandes setores do ramo farmacêutico tiveram insulmos escassos devido a grande quantidade de produção de máscaras, álcool, remédios e entre outros, o que quero dizer que as crises acentuam certos ramos industriais de acordo com a situação vivida.

Portanto analisar que tipo de produto será comercializado e mudar o modelo de gestão da Zona de Processamento de Exportação seria um passo em direção a vivilizar e trazer a função que essa possue.

CONCLUSÕES

Essa dissertação teve muitos desafios que, de maneira grave, contribuiram de forma negativa em várias etapas de sua elaboração. O principal problema foi a situação atípica da pandemia, que abalou o psicológico de muitas pessoas (inclusive da autora), com perdas repentinas de pessoas queridas e próximas. Outro fator que dificultou bastante o processo, também ocasionado pela COVID-19, foi a falta de um contato mais direto com os colegas de turma e professores. Esse contato poderia ter sido decisivo nos períodos mais necessários da coleta das fontes e da escrita da dissertação. Nesse sentido a elaboração do trabalho se tornou árdua e desafiadora.

Como já assinalado, a dessistência da maioria das pessoas chaves selecionadas para as entrevistas complicou demais o processo. As pessoas selecionadas talvez não querendo falar alegavam a questão da pandemia do COVID-19, mesmo as informando que poderiam simplesmente responderem via e-mail às questões do roteiro, se negaram. E como não se tinha outra opção de estratégia metodológica, bateu o desespero e quase se abandonou a pesquisa, o que causaria prejuízos a todos (ao Programa, aos professores e, principalmente a autora).

Mesmo com a baixa quantidade de entrevistas e as poucas fontes documentais existentes sobre a ZPE/AC, entende-se que foi possível detectar alguns motivos para a Zona de Processamento de Exportação - ZPE/AC, mesmo alfandegada, nunca ter entrado em operação (questão que norteou a pesquisa). Resultados que podem ajudar no debate público, notadamente sobre a criação de melhores condições de sobrevivência (renda, emprego, comida) aos ocupantes desse território.

Parece-nos muito claro que a crise estrutural do capital, iniciada em 2007/2008, deve ser considerada como fator importante na explicação do não funcionamento da ZPE/AC. Com o rebate da crise no Brasil, o setor externo da economia começou a passar por problemas trazendo consigo variações cambiais que dificultaram enormemente a atração de empresários para a ZPE/AC.

A questão da oferta de créditos também foi decisiva, principalmente no início. Observa-se que a própria crise pode ter dessistimulado os bancos a não viabilizarem investimentos para os poucos empresários em se habilitaram. Outro aspecto relaciona-se com a inexistência de escala de produtos com certo potencial de mercado.

A euforia inicial do empresariado acreano logo passou quando se deram conta que seriam obrigados a exportar 80% da produção. Em plena crise, onde o mundo não estava

comprando, e sem as habilidades, competências e principalmente experiência para atuação no mercado internacional, o interesse rapidamente desapareceu.

Sobre o empresariado local, vale dizer que ainda são bastante resistentes a processos de mudanças e inovação, como também parecem mais confortáveis em situações com riscos não tão altos. Não a toda, percebe-se na fala do Presidente da FIEAC certa “cobrança” por garantias do Governo para as empresas.

Questões como a insuficiência de mão de obra qualificada, logística de transporte, limitações relacionadas com a baixa capacidade de investimentos em P&D no Estado, podem e devem ser considerados como fatores explicativos.

Apesar de parecer sem muita importância, merece atenção considerar também as questões políticas envolvidas nas decisões tomadas pelos Governos do Acre no período analisado, como os citados cargos na ZPE, sempre ocupados por pessoas sem experiência com o mercado internacional. As “questões política” também explicam a mudança no projeto de construção de um “Porto Seco” para ZPE. Pelo que se pode observar, o próprio GT técnico que elaborou o projeto inicial indicou pela continuação do “Porto Seco”, mas o Governo preferiu a outra estratégia.

Finaliza-se, então, apontado que as narrativas dos entrevistados apresentadas nesta pesquisa, bem como a revisão crítica na documentação que foi possível fazer, parecem descortinar algumas questões importantes relacionadas com a iniciativa da ZPE que, como visto, consumiu milhares de reais de recursos públicos. Pensa-se, ainda, que essa pesquisa, realizada para a obtenção do título de Mestre em Geografia, permitiu a demonstração da complexidade do objeto de estudo enunciado no projeto da pesquisa. Ao mergulhar na bibliografia de referência e, especialmente na escuta dos entrevistados, percebeu-se que ainda há muito que perscrutar do que foi narrado e das condições de observação que foi possível realizar. Deste modo, uma condição se impôs para a vida acadêmica do Autor: a necessidade do continuar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE, Governo do Estado do. **Acre em números**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento, 2017. Disponível em: <http://acre.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/acre-em-numeros-2017.pdf>. Acesso em: 08 fev.2021.
- ALENCAR JR, Osmar G. **Crise global e a necropolítica do governo Bolsonaro em tempos de pandemia**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 56, N. 3, p. p. 266-276, set/dez 2020.
- AMBIENTALISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ambientalismo/>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- ARAVENA ACUÑA, M. H. **Projeto de Viabilidade Econômico e Financeira da ZPE/AC**. (mimeo) 2019.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BENJAMIM, Walter. “*O Narrador*”. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. **Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano – 1972**. São Paulo, 2021. Disponível em:<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 09 jun.2021.
- BRASIL. **Zonas de Processamento de Exportação** – Informações Básicas e Legislação. Brasília: Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (Secretaria Executiva), p. 09-197, 2013.
- CAMELY, Nazira. **Imperialismo, Ambientalismo e ONGS na Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de Seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. 2014. 367 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- COMPLEXO INDUTRIAL E PORTUÁRIO PECÉM. **Histórico**. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- DAWBOR, Ladislau. **A era do Capital Improdutivo: Porque oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- GOVERNO do Acre vai mesmo vender ZPE aos chineses; negócio avançou nesta quarta. **Acre News.com.br**, Rio Branco, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://acrenews.com.br/2021/01/governo-do-acre-vai-mesmo-vender-zpe-aos-chineses-negocio-avancou-nesta-quarta/>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- LOCK, Peter. Transformações da guerra: a dominação da violência reguladora. In:
- MARTINS, C. A.: SÁ, F.: BRUCKMANN, M. (Org.); SANTOS, T. (Coord.). **Globalização**

dimensões e alternativas. ed. PUC – Rio: São Paulo: Loyola, 2004 (Série: Hegemonia e contra hegemonia, v. 2).

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso de desenvolvimento sustentável:** de Estocolmo à Rio – 92. Brasília: III Encontro ANPPAS, 2006.

MARX, K. **O Capital.** Coleção os Economistas. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

PORTE – GONÇALVES, Carlos Wlater. **Amazônia encruzilhada civilizatória:** tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PORTE – GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAVENA, Nírvia *et al.* Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **Revista Nau Social**, v. 09, n. 17, p. 33 – 45, nov. 2019.

REGO, J. F do et al. **Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar no Vale do Acre.** UFAC/Departamento de Economia, 1996.

RIBEIRO, R. de J.; COSTA, V. M. H. de M.; SILVA, E. C. C. da; SACOMANO NETO, M. Zonas de processamento de exportação (ZPE): condições de implementação na China e no México. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 3-21, 2021. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2021.v24i1.1021. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/1021>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SADER, Emir. Hegemonia e Contra – Hegemonia. In: CECENÃ, A. E. (Org.) **Hegemonias e Emancipações no século XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. A politização da natureza e o imperativo tecnológico. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (org.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 55-62 p.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e Lugar Social.** São Paulo: Contexto (Caminhos da Geografia), 1991.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. Da versão à aversão: o “Desenvolvimento Sustentável” no Acre pós – florestania. In: SOUZA, Israel Pereira Dias de (org.). **“Desenvolvimento Sustentável” no Acre:** leituras críticas. Rio Branco: EAC Editor, 2021, cap. 1, p. 07-51.

SUSTENTABILIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sustentabilidade/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

KURZ, Robert. Modernidade Autodevoradora. **Folha de São Paulo – Caderno Mais, [São Paulo]**, 14 jul. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1407200208.htm>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ZPE: Acre. Rio Branco: SEDENS, 2021. Slides: color.

Sítios da internet:

normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=36460. Acesso em jan. 2022.

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/zpe>. Acesso em 08 fev. 2022.

ANEXOS

ROTEIRO – DISSERTAÇÃO

Nome do entrevistado:

Profissão:

Participante do Governo: () Sim () Não

Data:

- 1) Quais os principais motivos/causa que em sua opinião destacaria para a ZPE nunca ter entrado em operação?
- 2) Em sua opinião a implantação de uma ZPE era a estratégia correta para alancar as exportações naquele momento?
- 3) O senhor (a) tinha conhecimento de quais eram os principais objetivos do Governo da época tinha com a ZPE?
- 4) Que tipo de empresas, na sua visão, poderiam ter se instalado na ZPE após o alfandegamento?
- 5) Quais mercados as empresas, se tivesse se instalado na ZPE poderiam atender?
- 6) Que tipo de produtos o senhor (a) acredita que poderiam ser comercializados por empresas exportadoras instaladas na ZPE do Acre?
- 7) O Estado possuía parceiros comerciais interessados em fechar acordos de exportação após o alfandegamento da ZPE?
- 8) Porque a ZPE apareceu naquele período?
- 9) Qual a atual situação da ZPE?